

REGIMENTO INTERNO
DA CÂMARA MUNICIPAL DE
QUITANDINHA
ESTADO DO PARANÁ

ÍNDICE

TÍTULO I - DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I - Das Funções

CAPÍTULO II - Da Sede

CAPÍTULO III - Da Sessão de Instalação e Posse

CAPÍTULO IV - Da Secretaria Administrativa

TÍTULO II - DA MESA DIRETIVA

CAPÍTULO I - Da Formação

CAPÍTULO II - Da Eleição da Mesa

CAPÍTULO III - Da Competência da Mesa

CAPÍTULO IV - Da Competência Específica dos Membros da Mesa

TÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES DO PLENÁRIO

TÍTULO IV - DAS COMISSÕES

CAPÍTULO I - Disposições Gerais

CAPÍTULO II - Das Comissões Permanentes

CAPÍTULO II - Das Comissões Permanentes

CAPÍTULO IV - Do Funcionamento das Comissões Permanentes

CAPÍTULO V - Da Competência Específica de Cada Comissão Permanente

CAPÍTULO VI - Das Comissões Especiais, Processante e de Representação

CAPÍTULO VII - Das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI)

TÍTULO V - DOS VEREADORES

CAPÍTULO I - Do Exercício da Vereança

CAPÍTULO II - Das Vedações, Perda do Mandato e Falta de Decoro

CAPÍTULO III - Das Penalidades Por Falta de Decoro

CAPÍTULO IV - Da Extinção do Exercício da Vereança

CAPÍTULO V - Do Processo Destituidório

CAPÍTULO VI - Das Licenças, das Vagas, da Suplência

CAPÍTULO VII - Dos Líderes

CAPÍTULO VIII - Das Incompatibilidades e Impedimentos

CAPÍTULO IX - Dos Subsídios dos Vereadores

TÍTULO VI - DAS PROPOSIÇÕES E DA SUA TRAMITAÇÃO

CAPÍTULO I - Das Modalidades de Proposição e de sua Forma

CAPÍTULO II - Das proposições em espécie

CAPÍTULO III - Da apresentação das proposições

CAPÍTULO IV - Retirada de Proposições

CAPÍTULO V - Da Tramitação das Proposições

CAPÍTULO VI - Do Regime de Urgência

TÍTULO VII - DAS SESSÕES DA CÂMARA

CAPÍTULO I - Das Sessões em Geral

CAPÍTULO II - Das Atas das Sessões

CAPÍTULO III - Das Sessões Ordinárias

CAPÍTULO IV - Das Sessões Extraordinárias

CAPÍTULO V - Das Sessões Solenes

TÍTULO VIII - DAS DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES

CAPÍTULO I - Das Discussões

CAPÍTULO II - Da Disciplina dos Debates

CAPÍTULO III - Do Quorum Das Deliberações

CAPÍTULO IV - Das Votações

TÍTULO IX - DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL E DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

CAPÍTULO I - Do Orçamento

CAPÍTULO II - Das Codificações e dos Estatutos

CAPÍTULO III - Da Tomada e Julgamento das Contas

CAPÍTULO IV - Da Convocação dos Secretários Municipais

TÍTULO X - DO REGIMENTO INTERNO E DA ORDEM REGIMENTAL

CAPÍTULO I - Das Interpretações e dos Precedentes

CAPÍTULO II - Da Ordem

CAPÍTULO III - Dos Recursos

CAPÍTULO IV - Da Divulgação do Regimento Interno e de sua Reforma

TÍTULO XI - DAS INFORMAÇÕES

TÍTULO XII - DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA

TÍTULO XIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
ESTADO DO PARANÁ

Origem: Poder Legislativo

Autoria: Comissão Especial

RESOLUÇÃO N°002/2015, de 01/07/2015

SÚMULA: “Altera e adapta o Regimento Interno da Câmara Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná”.

Faço saber que a Câmara Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PEDRO GILSON RIBAS – Presidente, promulgo a seguinte,

RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Fica alterado e adaptado o Regimento Interno da Câmara Municipal de Quitandinha, elaborado e organizado pela **Resolução nº 07/94, de 14/12/94**, cujas modificações objetivam colocar o **Regimento** de acordo com as **Constituições Federal e Estadual**, a Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos aplicáveis à espécie.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Quitandinha, em 01 de Julho de 2015.

PEDRO GILSON RIBAS

Presidente

MARCOS ELIO DE DEUS LEAL

1º Secretário

Súmula: “Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná”.

O Presidente da Câmara Municipal de Quitandinha, Pedro Gilson Ribas, faz saber que, a Câmara Municipal aprovou, e ele promulga a presente Resolução, que dispõe sobre o: **REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL**.

TÍTULO I

Da Câmara Municipal

CAPÍTULO I

Das Funções

Art. 1º. A Câmara Municipal de Quitandinha é composta por Vereadores, representantes do Povo Quitandinhense, na forma da Constituição Federal e da Legislação Específica.

Art. 2º. Os serviços internos e o processo legislativo da Câmara Municipal de *Quitandinha*, reger-se-ão pelo disposto na presente Resolução e supletivamente pelo disposto na Lei Orgânica Municipal, na Constituição do Estado do Paraná e na Constituição da República Federativa do Brasil.

Parágrafo único – Havendo conflito de normas, será observada a hierarquia das normas, em direito aplicado.

Art. 3º. São funções da Câmara Municipal: legislativa, institucional, administrativa, fiscalizadora, julgadora, integrativa e de assessoramento, além de outras permitidas em lei e regulamentadas neste Regimento Interno.

§1º A função legislativa é exercida dentro do processo legislativo por meio de projeto de emendas à Lei Orgânica, projeto de leis complementares, projeto de leis ordinárias, projeto de leis delegadas, projeto de resoluções e projetos de decretos legislativos sobre matérias da competência do Município, conforme a Constituição Federal.

§2º A função institucional é exercida pelo ato de posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, da extinção de seus mandatos, da convocação de suplentes e da comunicação à Justiça Eleitoral da existência de vagas a serem preenchidas.

§3º A função administrativa é exercida apenas no âmbito da Secretaria da Câmara, restrita à sua organização interna, à de seu pessoal, aos seus serviços auxiliares e aos Vereadores.

§4º A função fiscalizadora é exercida nas áreas contábeis, financeira, orçamentária e patrimonial do município e das entidades da administração indireta municipal, por meio de requerimentos sobre fatos sujeitos à fiscalização da Câmara e pelo controle externo da execução orçamentária do Município exercida pela Comissão de Finanças e Orçamento, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§5º A função julgadora é exercida pela apreciação do parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do Município e pelo julgamento do Prefeito e dos Vereadores por infrações político-administrativas.

§6º A função integrativa é exercida pela participação da Câmara na solução de problemas da comunidade, diversos de sua competência privativa e na convocação da comunidade para participar da solução de problemas municipais.

§7º A função de assessoramento é exercida por meio de indicações ao Prefeito, sugerindo medidas de interesse público.

§8º As demais funções são exercidas no limite da competência municipal quando afetas ao Poder Legislativo.

CAPÍTULO II

Da Sede

Art. 4º - A Câmara Municipal tem sua sede no Edifício da Municipalidade, à Av. Eleutério Fernandes de Andrade, nº 839, Centro, Quitandinha, Estado do Paraná, onde são realizadas as sessões, sendo reputadas nulas as realizadas em outro local, salvo as exceções dispostas neste Regimento. **(Nova redação pela Resolução 08 de 17/10/2019)**

§1º No recinto das sessões não poderão ser realizados atos estranhos às funções da Câmara, salvo nos casos de interesse público ou anuência da maioria simples dos edis, tais como reuniões cívicas, culturais e partidárias, atos solenes que envolvam vereadores, de acordo com regulamento de uso a ser baixado pela Mesa Diretora.

§2º As sessões solenes e itinerantes poderão ser realizadas fora da sede da Câmara, conforme resolução própria a ser baixada pela mesa.

CAPÍTULO III

Da Sessão de Instalação e Posse

Art. 5º No primeiro ano de cada legislatura, no dia 1º de janeiro, às 14:00 horas, em sessão de instalação, independentemente de número, sob a presidência do Vereador mais idoso dos presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse. O Senhor presidente prestará o seguinte compromisso: “Prometo cumprir a Constituição Federal e a Constituição do Estado, observar as Leis, desempenhar com lealdade o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município de Quitandinha e bem estar do meu povo”.

Em seguida, o Secretário designado para esse fim, pelo Presidente, fará a chamada de cada Vereador que declarará: “Assim o prometo”.

Parágrafo único: O vereador que não tomar posse na sessão prevista neste artigo, deverá fazê-lo até 15 (quinze) dias depois da primeira sessão ordinária da legislatura, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 6º. Imediatamente depois da posse, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da mesa, por escrutínio oral e aberto, obtendo maioria absoluta de votos, considerando-se automaticamente empossados os eleitos.

§1º Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta, proceder-se-á, imediatamente, a novo escrutínio, no qual considerar-se-á eleito o mais votado, ou, no caso de empate, o mais idoso.

§2º Não havendo maioria absoluta de vereadores presentes, o Vereador que tiver assumido a direção dos trabalhos permanecerá na presidência e convocará sessões diárias até que seja eleita a Mesa.

Art. 7º. Os membros da mesa assinarão o respectivo termo de posse.

Art. 8º. Após a eleição da mesa, obedecidos aos trâmites legais para tal, será dada posse ao Prefeito e Vice-Prefeito.

Parágrafo Único: Não havendo eleição da mesa, o ato disposto neste artigo será realizado pelo Vereador que assumiu a direção dos trabalhos.

Art. 9º. As regras para eleição da mesa, dispostas neste regimento, são aplicadas, no que couber, em ambas as eleições.

CAPÍTULO IV

Da Secretaria Administrativa

Art. 10. Os serviços administrativos da Câmara serão feitos através de sua secretaria administrativa.

Parágrafo Único. Todos os serviços da secretaria administrativa serão dirigidos e disciplinados pela presidência da Câmara.

Art. 11. A correspondência oficial da Câmara será elaborada pela secretaria administrativa.

Art. 12. Os processos serão organizados pela secretaria administrativa, conforme disposto em ato da presidência.

Art. 13. A secretaria administrativa, mediante autorização expressa do Presidente, fornecerá a qualquer pessoa, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, no prazo de 15 dias, certidão de atos, contratos e decisões, sob pena de responsabilidade administrativa da autoridade ou servidor que negar ou retardar sua expedição.

TITULO II

Da Mesa Diretiva

CAPÍTULO I

Da Formação

Art. 14. A mesa diretiva da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-presidente, 1º secretário e 2º secretário.

Art. 15. O Mandato da mesa será de dois anos, permitida a reeleição de qualquer de seus membros para o mesmo cargo, na mesma legislatura;

Art. 16. A mesa compete as funções diretiva, executiva e disciplinatória de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.

Art. 17. A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á na última sessão ordinária do segundo período legislativo, considerando-se automaticamente empossados os eleitos no dia 1º de janeiro do ano subsequente.

Parágrafo único: Havendo necessidade de governo de transição o mesmo será requerido pelos eleitos à mesa em exercício, a qual não poderá se escusar de compor o mesmo.

CAPÍTULO II

Da Eleição da Mesa

Art. 18. O prazo de inscrição de chapas abre-se 72 (setenta e duas) horas antes do início da sessão em que ocorrer a eleição, encerrando-se às 19h30min do dia da sessão em que a eleição ocorrer.

Parágrafo único: Só serão aceitas e protocoladas as chapas que contenham os nomes completos e assinaturas dos candidatos aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário.

Art. 19. A eleição da Mesa far-se-á por escrutínio oral e aberto, com indicação da chapa a qual confia seu voto.

Parágrafo único: Encerrada a votação, far-se-á a apuração e os eleitos serão proclamados pelo Presidente, ficando automaticamente empossados a partir do 1º dia do ano subsequente.

Art. 20. Vagando-se qualquer cargo da mesa, será realizada a eleição no expediente da primeira sessão seguinte, para completar o biênio do mandato.

Parágrafo único: Em caso de renúncia total da mesa, proceder-se-á nova eleição na sessão imediata à que se deu a renúncia, sob a presidência do vereador mais idoso dentre os presentes, observando o disposto neste regimento sobre eleição da mesa.

Art. 21. A eleição da Mesa ou preenchimento de qualquer vaga far-se-á em votação oral e aberta, observadas as seguintes exigências e formalidades:

- I – presença da maioria absoluta dos Vereadores;
- II – chamada dos Vereadores, com a pronúncia do voto;
- III – proclamação do resultado pelo Presidente.

Art. 22. O Vereador que não tomar posse na sessão prevista neste Regimento deverá fazê-lo dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar do início do funcionamento normal da Câmara,

Parágrafo Único: O Vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato não poderá empossar-se sem prévia comprovação da desincompatibilização, no prazo a que se refere este artigo.

Art. 23. O suplente de Vereador convocado não poderá ser eleito para qualquer cargo da Mesa salvo se sua substituição for em caráter definitivo.

Art. 24. Se nenhuma chapa eleita obtiver maioria de votos ou no caso de empate será considerada vencedora a chapa que for encabeçada pelo candidato mais idoso.

Art. 25. Os Vereadores eleitos para a Mesa no primeiro biênio da legislatura serão empossados mediante termo lavrado pelo Secretário na sessão em que se realizar sua eleição e entrarão imediatamente em exercício de seus mandatos.

Art. 26. Modificar-se-á a composição permanente da Mesa ocorrendo vaga em qualquer dos cargos que a compõem.

Art. 27. *Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa quando:*

- I - extinguir-se -á o mandato político do respectivo ocupante, ou, se este o perder;
- II - for o Vereador destituído da Mesa por decisão do Plenário ou vier a falecer.
- III – licenciar-se o membro da Mesa, do mandato de Vereador, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo por motivo de doença comprovada;
- IV – houver renúncia do cargo da Mesa pelo titular.

Art. 28. A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa será sempre escrita, assinada e com firma reconhecida e será tida como aceita mediante a simples leitura em Plenário pelo detentor do mandato ou pelo 1º Secretário.

Art. 29. A destituição de membro efetivo da Mesa, somente poderá ocorrer quando comprovadamente desidioso, ineficiente ou quando tenha se prevalecido do cargo para fins ilícitos, dependendo de deliberação do Plenário pelo voto de dois terços dos Vereadores, acolhendo representação de qualquer Vereador assegurada ampla defesa e o contraditório.

Art. 30. Para o preenchimento do cargo vago na Mesa, haverá eleições suplementares na 1ª sessão ordinária seguinte àquela na qual se verificar a vaga, observando o disposto neste regimento.

Parágrafo Único: No caso de não haver candidato para concorrer à eleição prevista no “caput” deste artigo, após três tentativas de eleição suplementar, em sessões ordinárias seguidas, assumirá o cargo vago, o Vereador mais votado entre os que não participam da Mesa.

Art. 31. Em suas ausências ou impedimentos, o Presidente será substituído, sucessivamente pelo Vice-Presidente ou Secretários.

§1º Ausentes o 1º e 2º Secretários, o Presidente convocará um dos Vereadores presentes para assumir os encargos da Secretaria.

§2º Ao abrir-se uma sessão, verificada a ausência dos membros da mesa e de seus substitutos legais, assumirá a Presidência o Vereador mais idoso entre os presentes, que escolherá entre seus pares o Secretário.

§3º A mesa, composta na forma do Parágrafo anterior, dirigirá os trabalhos até o comparecimento de algum membro titular, ou de seus substitutos legais.

Art. 32. As funções dos membros da Mesa cessarão:

- I. Pela posse da mesa eleita para o período legislativo seguinte;
- II. Pelo término do mandato;
- III. Pela renúncia apresentada por escrito;
- IV. Pela morte;
- V. Pela perda ou suspensão dos Direitos Políticos;
- VI. Pelos demais casos de extinção ou perda de mandato.

CAPÍTULO III

Da Competência da Mesa

Art. 33. A Mesa é o órgão diretor de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.

Art. 34. *Compete à Mesa da Câmara privativamente*, em colegiado:

I - dispor sobre sua organização, funcionamento, política, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para a fixação e alteração da respectiva remuneração, observada os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

II - apresentar projeto de lei que fixa os subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;

III - apresentar as proposições concessivas de licenças e afastamento do Prefeito;

IV - elaborar a proposta orçamentária da Câmara a ser incluída no orçamento do Município;

V - representar em nome da Câmara, junto aos Poderes da União, do Estado e do Município;

VI - baixar ato para alterar a dotação orçamentária com recursos destinados às despesas da Câmara;

VII - organizar cronograma de desembolso das dotações da Câmara vinculado ao repasse mensal das mesmas pelo Executivo;

VIII - proceder à devolução à Tesouraria da Prefeitura do saldo de caixa existente na Câmara ao final de cada exercício;

IX - enviar ao Executivo, em época própria, as contas do Legislativo do exercício precedente, para sua incorporação às contas do Município;

X - proceder à redação das resoluções e decretos legislativos;

XI - deliberar sobre convocação de sessões extraordinárias da Câmara;

XII - receber ou recusar as proposições apresentadas sem observância das disposições regimentais;

XIII - deliberar sobre a realização de sessões solenes fora da sede da Edilidade;

XIV - determinar, no início da legislatura, o arquivamento das proposições não apreciadas na legislatura anterior.

Art. 35. A Mesa reunir-se-á, independente do Plenário, para apreciação prévia de assuntos que serão objeto da deliberação de edilidade que por sua especialidade demandem intenso acompanhamento e fiscalização ou ingerência do Legislativo.

CAPÍTULO IV

Da Competência Específica dos Membros da Mesa

Art. 36. O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa dirigindo-a, e ao Plenário, em conformidade com as atribuições que lhe conferem este Regimento Interno.

Art. 37. Compete ao Presidente da Câmara:

I - exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal nos casos previstos em Lei;

II - representar a Câmara em Juízo, inclusive prestando informações em mandado de segurança contra ato da Mesa ou do Plenário;

III - representar a Câmara junto ao Prefeito, às autoridades federais e estaduais e perante as entidades privadas em geral;

IV - credenciar agente de imprensa, rádio ou televisão para o acompanhamento dos trabalhos legislativos;

V - fazer expedir convites para as sessões solenes da Câmara Municipal às pessoas que, por qualquer título, mereçam a deferência;

VI - conceder audiências ao público, a seu critério, em dias e hora prefixados;

VII - requisitar a força, quando necessária, à preservação da regularidade do funcionamento da Câmara;

VIII - empossar os Vereadores retardatários e suplentes;

IX - declarar extinto o mandato do Prefeito, Vereadores e suplentes, nos casos previstos em lei, e, em face de deliberação do Plenário, expedir decreto legislativo de cassação do mandato;

X - convocar suplente de Vereador, quando for o caso;

XI - declarar destituído o membro da Mesa ou de Comissão Permanente, nos casos previstos neste Regimento;

XII - assinar, juntamente com o 1º Secretário, as resoluções e decretos legislativos;

XIII - dirigir as atividades legislativas da Câmara em geral, em conformidade com as normas legais e deste Regimento, e em especial exercendo as seguintes atribuições:

a) convocar sessões extraordinárias da Câmara, e comunicar os Vereadores das convocações oriundas do Prefeito, inclusive durante o recesso;

b) superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos;

c) anunciar o início e o término do Expediente e da Ordem do Dia;

d) determinar a leitura, pelo Vereador Secretário, das atas, pareceres, requerimentos e outras peças escritas sobre as quais deva deliberar o Plenário, na conformidade do Expediente de cada sessão;

e) cronometrar a duração do Expediente e da Ordem do Dia;

f) manter a ordem no recinto da Câmara concedendo a palavra aos Vereadores inscritos, caçando-a, disciplinando os apartes e advertindo todos os que incidirem em excessos;

g) resolver as questões de ordem;

h) interpretar o Regimento Interno, para aplicação aos casos omissos;

i) anunciar a matéria a ser votada e proclamar o resultado da votação;

j) proceder à verificação do quorum, de ofício ou a requerimento de Vereador;

k) encaminhar os processos e expedientes às Comissões Permanentes para parecer, controlando-lhes o prazo;

XIV - praticar os atos essenciais de intercomunicação com o Executivo notadamente:

a) receber as mensagens de proposta legislativa, fazendo-as protocolar;

b) encaminhar ao Prefeito por protocolo, os projetos de lei aprovados e comunicar-lhe os projetos de sua iniciativa desaprovados, bem como os vetos rejeitados ou mantidos;

c) solicitar ao Prefeito as informações pretendidas pelo Plenário e convocar a comparecer na Câmara os Secretários, Diretores, Concessionários e Permissionários do serviço público.

d) requisitar as verbas destinadas ao Legislativo, mensalmente;

e) solicitar mensagem com propositura de autorização legislativa para suplementação dos recursos da Câmara quando necessário;

XV - promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como, as leis não sancionadas pelo Prefeito no prazo, e as disposições constantes de veto rejeitado, fazendo-os publicar;

XVI - ordenar as despesas da Câmara Municipal;

XVII - determinar licitação para contratações administrativas de competência da Câmara, quando exigível;

XVIII - apresentar ou colocar à disposição do Plenário mensalmente, o balancete da Câmara do mês anterior;

XIX - administrar o pessoal da Câmara fazendo lavrar e assinando os atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licenças, atribuindo aos funcionários do Legislativo, vantagens legalmente autorizadas, determinando a apuração de responsabilidade administrativa, civil e criminal de funcionários faltosos e aplicando-lhes penalidades, julgando os recursos hierárquicos de funcionários da Câmara e praticando quaisquer outros atos atinentes à essa área de sua gestão;

XX - mandar expedir certidões requeridas para defesa de direitos e esclarecimento de situações;

XXI - exercer atos de poder de polícia em quaisquer matérias relacionadas com as atividades da Câmara Municipal, dentro ou fora do recinto da mesma;

XXII - autografar os projetos de lei aprovados, para sua remessa ao Executivo;

XXIII – zelar para que os gastos da Câmara Municipal não excedam os limites previstos na Constituição da República, na Lei Orgânica do Município e na legislação federal aplicável;

XXIV – movimentar as importâncias colocadas à disposição da Câmara Municipal, assinando cheques em conjunto com o Secretário Administrativo;

Art. 38. O Presidente da Câmara, quando estiver substituindo o Prefeito nos casos previstos em lei, ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou praticar qualquer ato que tenha implicação com a função legislativa.

Art. 39. O Presidente da Câmara poderá oferecer proposições ao Plenário, mas deverá afastar-se da direção da Mesa quando estiverem as mesmas em discussão ou votação, salvo se a matéria exigir "quorum" privilegiado.

Art. 40. *O Presidente da Câmara poderá votar nos seguintes casos:*

I – na eleição da Mesa;

II – quando a matéria exigir, para sua aprovação, voto favorável de dois terços ou da maioria absoluta dos membros da Câmara;

III – no caso de empate, nas votações públicas;

IV – em todas as votações secretas.

Art. 41. O vice-presidente da Câmara, salvo o disposto no art. 41 e seu Parágrafo Único, e, na hipótese de atuação como membro efetivo da Mesa nos casos de competência desse órgão, não possui atribuição própria, limitando-se a substituir o Presidente na faltas e impedimentos, pela ordem.

Art. 42. O vice-presidente ou seu substituto promulgará e fará publicar as resoluções e decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixe escoar o prazo para fazê-lo.

Parágrafo Único: O disposto neste artigo aplica-se também, às leis municipais, quando o Prefeito e o Presidente da Câmara sucessivamente, tenham deixado expirar o prazo da sua promulgação e publicação subsequente.

Art. 43. Compete ao 1º Secretário:

I - organizar o Expediente e a Ordem do Dia;

II – conferir a presença dos Vereadores ao abrir-se a sessão e nas ocasiões determinadas pelo Presidente, anotando os comparecimentos e as ausências;

III - ler a ata, as proposições e os demais documentos que devam ser de conhecimento da Casa;

IV - fazer a inscrição dos oradores na pauta dos trabalhos;

V - elaborar a redação das atas, resumindo os trabalhos da sessão e assinando-as, juntamente com o Presidente e demais vereadores;

VI - certificar a frequência dos Vereadores, para efeito de pagamento dos subsídios;

VII - registrar em livro próprio, os precedentes firmados na aplicação do Regimento Interno, para a solução de casos futuros;

VIII - manter a disposição do Plenário os textos legislativos de manuseio mais frequente, devidamente atualizados;

IX - manter em arquivo fechado as atas lacradas de sessões secretas;

X - cronometrar o tempo das sessões e o do uso da palavra pelos Vereadores;

Parágrafo Único: Compete ao 2º Secretário substituir o 1º Secretário nas suas ausências, licenças e impedimentos, bem como auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições, quando da realização das sessões em Plenário.

TÍTULO III

Das Atribuições do Plenário

Art. 44. O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara constituindo-se pela reunião de Vereadores em exercício, em local, forma e número disposto neste Regimento e na Constituição.

§1º Local é o recinto de sua sede;

§2º A forma legal para deliberar é a sessão;

§3º Número é o quorum determinado na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno, para realização de sessões e para as deliberações;

Art. 45. São atribuições do Plenário com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município especialmente no que se refere ao seguinte:

I – assuntos de interesse local, inclusive suplementando a Legislação Federal e a Estadual, notadamente no que diz respeito a:

a) saúde, a assistência pública e a proteção e a garantia das pessoas portadoras de deficiências;

b) a proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, como os monumentos, as paisagens naturais e os sítios arqueológicos do Município;

c) impedir a invasão, destruição e descaracterização de obras de arte e outros bens de valor histórico, artístico e cultural do Município;

d) a abertura de meios de acesso à cultura e à ciência;

e) a proteção ao meio ambiente e ao combate a poluição;

f) ao incentivo a indústria e ao comércio;

- g) a criação de distritos industriais;
- h) ao fomento da produção agropecuária e a organização do abastecimento alimentar;
- i) a promoção de programas de construção de moradias melhorando as condições habitacionais e de saneamento básico;
- j) ao combate às causas da pobreza e aos fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
- k) ao registro, ao acompanhamento e a fiscalização das concessões de pesquisa e exploração dos recursos hídricos e minerais em seu território;
- l) ao abastecimento e à implantação da política de educação para o trânsito;
- m) a cooperação com a União e o Estado tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar atendidas às normas fixadas em Lei Complementar Federal;
- n) ao uso e armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins;
- o) às políticas públicas do Município;
- II - elaborar, com a participação do Poder Executivo, as leis municipais;
- III - votar o orçamento anual, a lei de diretrizes orçamentárias e o plano plurianual;
- IV - legislar sobre tributos e estabelecer critérios gerais para a fixação dos preços dos serviços municipais;
- V - autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais, bem como, aprovar os créditos extraordinários;
- VI - autorizar e conceder a obtenção de empréstimos e operações de créditos, bem como, a forma e os meios de pagamento;
- VII - autorizar a concessão de auxílio e subvenções de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;
- VIII - autorizar a concessão e permissão para exploração de serviços, ou de utilidade pública;
- IX - dispor sobre aquisição, administração, utilização e alienação dos bens imóveis do domínio do município;
- X – aquisição de bens imóveis, quando se tratar de doação;
- XI - autorizar a remissão de dívidas e conceder isenções e anistias fiscais, bem como, dispor sobre moratória e benefícios;
- XII - criar, alterar e extinguir cargos públicos e fixar os respectivos vencimentos;
- XIII - dispor sobre denominação de próprios, vias e logradouros públicos;
- XIV – criação, organização e supressão de distritos, observada a Legislação Estadual;
- XV - dispor sobre a fixação da zona urbana e de expansão urbana;
- XVI - dispor sobre a organização e a estrutura básica dos serviços municipais;
- XVII – Plano Diretor;
- XVIII – ordenamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e rural;
- XIX – guarda Municipal destinada a proteger bens, serviços e instalações do Município;

XX – organização e prestação de serviços públicos.

XXI - estabelecer normas de política administrativa, nas matérias de competência do município;

XXII - estabelecer o regime jurídico dos servidores municipais;

§1º É de competência privativa do Plenário, entre outras:

I - eleger os membros de sua Mesa e destituí-los na forma da Lei Orgânica e do Regimento Interno;

II - elaborar e votar seu Regimento Interno;

III – dispor sobre sua organização, funcionamento, política, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funcionamento de seus serviços e fixar a respectiva remuneração;

IV – mudar temporariamente sua sede;

V - conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores para afastamento do cargo;

VI - autorizar o Prefeito a ausentar-se do município por mais de 15 (quinze) dias, conforme o art. 89 da Constituição Federal;

VII - criar comissões permanentes e temporárias e especiais de inquérito sobre fato determinado que se inclua na competência da Câmara Municipal, sempre que requerer pelo menos 1/3 (um terço) dos membros da Câmara;

VIII – exercer, com auxílio do Tribunal de Contas ou Órgão Estadual Competente, a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município;

IX - Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitarem do Poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

X – fiscalizar e controlar, diretamente os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta e fundacional;

XI – proceder à tomada de contas do Prefeito Municipal, quando não apresentadas à Câmara dentro do prazo de 60(sessenta) dias após a abertura da Sessão Legislativa;

XII – processar e julgar os Vereadores na forma da Lei Orgânica;

XIII – representar ao Procurador Geral da Justiça, mediante aprovação de 2/3(dois terços) de seus membros, contra o Prefeito, o Vice-Prefeito e Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza, pela prática de crime contra a Administração Pública que tiver conhecimento;

XIV – dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, conhecer sua renúncia e afastá-lo definitivamente do cargo, nos termos previstos em lei;

XV - apreciar vetos;

XVI - cassar o mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em lei;

XVII - tomar e julgar as contas anuais do Município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

XVIII - conceder títulos de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem às pessoas que tenham reconhecidamente prestado serviços ao Município, mediante decreto legislativo aprovado pela maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros;

XIX - requerer informações ao Prefeito Municipal sobre assuntos referentes à administração;

XX - convocar os Secretários ou ocupantes de cargos da mesma natureza para prestar informação sobre matéria de sua competência;

XXI - fixar os subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, nos limites e critérios estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

TÍTULO IV

Das Comissões

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 46. As Comissões são órgãos técnicos, permanentes ou temporários, compostos de 03 (três) Vereadores com a finalidade de examinar matéria em tramitação na Câmara e emitir pareceres sobre a mesma, ou de proceder a estudos sobre assuntos de natureza essencial ou ainda de investigar determinados fatos de interesse da administração, com as seguintes denominações:

I – Comissões Permanentes;

II – Comissões Especiais;

III – Comissões Processantes;

IV – Comissões de Representação;

V – Comissões Parlamentares de Inquérito.

VI – Comissão de Ética e Decoro Parlamentar. **(inciso incluído pela Resolução 01/2026, de 8/4/2026)**

Art. 47. As Comissões serão constituídas com os respectivos cargos de Presidente, Secretário e Relator, podendo prefixar os dias de reuniões ordinárias ou extraordinárias e a ordem dos trabalhos.

§1º Na Constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares que participem da Câmara.

§2º O Presidente da Câmara não poderá participar de Comissão Permanente, Comissão Parlamentar de Inquérito e de Comissão Processante.

§3º O Presidente da Câmara poderá substituir, a seu critério, qualquer membro da Comissão Especial ou de Comissão de Representação, observando o §1º deste artigo, não se aplicando aos membros de Comissão Processante, Parlamentar de Inquérito ou Permanente.

CAPÍTULO II

Das Comissões Permanentes

~~**Art. 48.** Às Comissões Permanentes incumbe:~~

~~I – estudar as proposições e assuntos distribuídos ao seu exame, manifestando sobre eles sua opinião para orientação do Plenário;~~

~~**Parágrafo Único:** As comissões Permanentes são as seguintes:~~

~~I – Legislação, Justiça e Redação;~~

~~II – Finanças e Orçamento;~~

~~III – Obras e Serviços Públicos;~~

~~IV – Educação, Saúde e Assistência Social;~~

~~V – Patrimônio.~~

Art. 48. Às Comissões Permanentes incumbe:

I - estudar as proposições e assuntos distribuídos ao seu exame, manifestando sobre eles sua opinião para orientação do Plenário, inclusive oferecendo eventuais substitutos ou emendas, se for o caso;

II – organizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III – promover estudos, debates ou encontros de interesse da comunidade.

IV – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V – convocar Secretários Municipais para prestarem informações sobre assuntos inerentes as suas atribuições;

VI – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VII – apreciar programas de obras e planos de desenvolvimento e sobre estes emitir parecer;

VIII – tomar a iniciativa da elaboração de proposições;

IX – manifestar-se nas leis orçamentárias;

X- auxiliar o Tribunal de Contas do Estado do Paraná no controle externo das contas públicas;

Parágrafo Único: As comissões Permanentes são as seguintes:

I - Legislação, Justiça e Redação;

II - Finanças e Orçamento;

III – Política Urbana, Obras e Serviços Públicos;

IV – Educação, Esporte, Cultura e Lazer;

V – Saúde, Assistência Social e Cidadania;

VI – Agricultura e Meio Ambiente;

VII - Segurança Pública;

VIII - Indústria, Comércio e Turismo;

IX – Administração, Recursos Humanos e Previdência. (Nova redação do art. Dada pela Resolução 01/2026, de 8/4/2026)

CAPÍTULO III

Da Formação e Modificação das Comissões Permanentes

Art. 49. Os membros das Comissões Permanentes serão eleitos na sessão seguinte à da eleição da Mesa, para todo o período de mandato da mesa, mediante votação em escrutínio aberto, através de cédulas previamente elaboradas, impressas ou datilografadas, contendo os nomes dos Vereadores indicados e seus respectivos cargos na Comissão.

Art. 50. Os membros das Comissões Permanentes serão destituídos caso não compareçam, em cada sessão legislativa, a três reuniões consecutivas ordinárias ou a cinco intercaladas da respectiva Comissão, salvo motivo de força maior, devidamente comprovada.

Parágrafo Único: A destituição dar-se-á por simples petição de qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara que após comprovar a autenticidade da denúncia, declarará vago o cargo.

Art. 51. As vagas nas Comissões Permanentes por impedimento, renúncia, destituição ou por extinção ou perda de mandato de Vereador, serão supridas por livre designação do líder da bancada a que pertencia o titular, e isso não sendo possível, far-se-á nova eleição. Persistindo a vaga, esta será suprida por simples designação do Presidente da Câmara.

CAPÍTULO IV

Do Funcionamento das Comissões Permanentes

Art. 52. As Comissões Permanentes só poderão reunir-se em regime de urgência, no período destinado à Ordem do Dia da Câmara, se a sessão for suspensão de ofício, pelo Presidente da Câmara.

Art. 53. As Comissões Permanentes poderão reunir-se extraordinariamente, sempre que necessário, presente pelo menos dois de seus membros, devendo, para tanto, serem convocados pelo respectivo Presidente.

Parágrafo Único: As convocações extraordinárias das Comissões, fora da reunião, serão sempre por escrito, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

Art. 54. Compete ao Presidente das Comissões Permanentes:

I - convocar reuniões extraordinárias da Comissão;

II - presidir as reuniões da Comissão e zelar pela ordem dos trabalhos;

III - receber as matérias destinadas à Comissão;

IV - fazer observar os prazos dentro dos quais a Comissão deverá desincumbir-se de seus misteres;

V - representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário;

VI - conceder vista de matéria, por três dias, ao membro da Comissão que o solicitar, salvo nos casos de tramitação em regime de urgência;

VII - avocar o expediente, para emissão do parecer em 48 (quarenta e oito) horas, quando não tenha feito o relator no prazo regimental.

Art. 55. Encaminhada qualquer matéria ao Presidente da Comissão Permanente, este designar-lhe-á tramitação imediata.

Art. 56. É de 14 dias o prazo para qualquer Comissão Permanente pronunciar-se, a contar da data do recebimento da matéria pelo seu Presidente.

§1º O prazo a que se refere este artigo será duplicado em se tratando de proposta orçamentária e de processo de prestação das contas do Município.

§2º O prazo a que se refere este artigo será reduzido pela metade, quando se tratar da matéria colocada em regime de urgência e de emendas e subemendas apresentadas à Mesa.

Art. 57. Qualquer Vereador ou Comissão poderá requerer por escrito ao Plenário, a audiência da Comissão a que a proposição não tenha sido previamente distribuída, devendo fundamentar detidamente o requerimento.

Parágrafo Único: Caso o Plenário acolha o requerimento, a proposição será enviada à Comissão, que se manifestará nos mesmos prazos previstos no artigo 55 deste Regimento.

~~**Art. 58.** Escoado o prazo sem que tenha sido proferido o parecer, a matéria será incluída imediatamente na Ordem do Dia, para que o Plenário se manifeste sobre a dispensa do mesmo.~~

Art. 58. Escoado o prazo sem que tenha sido proferido o parecer pelas Comissões Permanentes, o Presidente poderá incluir a matéria na Ordem do Dia, devendo o Plenário manifestar-se sobre a dispensa do mesmo. (Nova redação do art. Dada pela Resolução 01/2026, de 8/4/2026)

Art. 59. Somente serão dispensados os pareceres das Comissões, por deliberação do Plenário, mediante requerimento escrito de Vereador ou por solicitação do Presidente da Câmara através de despacho nos autos e quando se tratar de proposição colocada em regime de urgência, nas hipóteses previstas neste Regimento.

CAPÍTULO V

Da Competência Específica de Cada Comissão Permanente

Art. 60. Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, manifestar-se em todas as proposições que tramitem na Casa, quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental, gramatical e lógico, salvo expressa disposição em contrário deste Regimento.

§1º Quando a Comissão de Legislação, Justiça e Redação emitir parecer pela inconstitucionalidade de qualquer proposição, será esta considerada rejeitada e arquivada definitivamente, por despacho do Presidente da Câmara, se o parecer contrário for pela unanimidade dos membros da Comissão.

§2º Tratando-se de inconstitucionalidade parcial, a Comissão poderá oferecer emenda corrigindo o vício.

§3º A Comissão de Legislação, Justiça e Redação manifestar-se-á sempre em primeiro lugar.

§4º A Comissão de Legislação, Justiça e Redação manifestar-se-á sobre o mérito da proposição, assim entendida a colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade, nos seguintes casos:

- I - organização administrativa da Prefeitura e da Câmara;
- II - criação de entidade de administração indireta ou de Fundação;
- III - aquisição e alienação de bens imóveis do Município;
- IV - concessão de licença ao Prefeito;
- V - alteração de denominação de próprios municipais, vias e logradouros públicos;
- VI - criação de Comissão Parlamentar de Inquérito;
- VII - vetos;
- VIII – emenda ou reforma da Lei Orgânica do Município;
- IX – concessão de título honorífico ou qualquer outra homenagem;

X - todas as demais matérias não consignadas às outras Comissões.

Art. 61. Compete a Comissão de Finanças e Orçamento opinar, obrigatoriamente, sobre todas as matérias de caráter financeiro e especialmente quanto ao mérito, quando for o caso de:

I – diretrizes orçamentárias;

II - proposta orçamentária e o plano plurianual;

III - matéria tributária;

IV - abertura de créditos, empréstimos públicos;

V - proposições que, direta ou indiretamente alterem a despesa ou a receita do Município;

VI - proposições que acarretam em responsabilidades ao erário municipal ou interessem ao crédito ou ao patrimônio público municipal;

VII – fixação ou aumento dos vencimentos do funcionalismo público;

VIII – fixação e atualização dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores.

~~**Art. 62.** Compete a Comissão de Obras, Serviços Públicos: opinar obrigatoriamente, quanto ao mérito, sobre as seguintes matérias:~~

~~I – código de obras e código de posturas;~~

~~II – plano diretor e de desenvolvimento integrado;~~

~~III – aquisição, alienação e concessão de bens imóveis do Município;~~

~~IV – quaisquer obras, empreendimentos e execução de serviços públicos locais;~~

~~V – atividades produtivas em geral, públicas ou privadas, envolvendo os setores: primário, secundário e terciário da economia do Município.~~

Art. 62. Compete a Comissão de Política Urbana, Obras e Serviços Públicos opinar obrigatoriamente, quanto ao mérito, sobre as seguintes matérias:

I – planejamento urbano, uso e ocupação do solo, zoneamento e parcelamento do solo;

II – plano diretor e de desenvolvimento integrado;

III – aquisição, alienação e concessão de bens imóveis do Município;

IV – quaisquer obras, empreendimentos e execução de serviços públicos locais;

V - atividades produtivas em geral, públicas ou privadas;

VI - habitação, regularização fundiária e programas habitacionais;

VII - obras públicas e infraestrutura urbana;

VIII- sistema viário e regulamentação de transportes; **(Nova redação do art. Dada pela Resolução 01/2026, de 8/4/2026)**

~~**Art. 63.** Compete à Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social, apreciar e manifestar-se obrigatoriamente quando ao mérito em todos os projetos e matérias que versem sobre:~~

~~I – assuntos educacionais, artísticos e desportivos;~~

~~II – concessão de bolsas de estudo;~~

~~III – patrimônio histórico;~~

~~IV—saúde pública e saneamento básico;~~

~~V—assistência social e previdenciária em geral.~~

~~VI—reorganização administrativa da prefeitura nas áreas de educação, saúde e assistência social;~~

~~VII—implantação de centros comunitários sob auspício oficial;~~

~~VIII—declaração de utilidade pública municipal a entidades que possuam fins filantrópicos.~~

Art. 63. Compete a Comissão de Educação, Esporte, Cultura e Lazer opinar obrigatoriamente, quanto ao mérito, sobre as seguintes matérias:

I – assuntos atinentes à educação em geral, política e sistema educacional, em seus aspectos institucionais, estruturais, funcionais e legais, direito da educação e recursos humanos e financeiros para a educação;

II – sistema municipal de esporte e lazer;

III – sistema municipal de cultura;

IV - patrimônio histórico, geográfico, arqueológico, cultural, artístico e científico;

V – concessão de honrarias ou homenagens a pessoas que tenham prestado direta ou indiretamente relevantes serviços ao Município;

VI – denominação de próprios, vias e logradouros públicos; e

VII – outros assuntos que, por sua natureza, exijam seu pronunciamento. **(Nova redação do art. Dada pela Resolução 01/2026, de 8/4/2026)**

~~**Art. 64.** Compete à Comissão de Patrimônio, apreciar e manifestar-se obrigatoriamente quanto ao mérito em todos os projetos e matérias que versem sobre:~~

~~I—Patrimônio da Câmara Municipal.~~

Art. 64. Compete a Comissão de Saúde, Assistência Social e Cidadania opinar obrigatoriamente, quanto ao mérito, sobre as seguintes matérias:

I - políticas públicas municipais de saúde, saneamento básico e vigilância sanitária;

II - assistência social, segurança alimentar e nutricional no âmbito municipal;

III - direitos da criança e do adolescente, do idoso e da pessoa com deficiência, no que tange às políticas e serviços municipais;

IV - promoção da igualdade racial, de gênero e combate a todas as formas de discriminação;

V - direitos da mulher;

VI - direitos humanos e cidadania em geral. **(Nova redação do art. Dada pela Resolução 01/2026, de 8/4/2026)**

Art. 64-A. Compete a Comissão de Agricultura e Meio Ambiente opinar obrigatoriamente, quanto ao mérito, sobre as seguintes matérias:

I - desenvolvimento rural, agricultura e abastecimento;

II - meio ambiente, recursos hídricos, saneamento ambiental e gestão de resíduos sólidos;

III - proteção, defesa e bem-estar animal;

IV - uso e conservação dos recursos naturais. . (Incluído pela Resolução 01/2026, de 8/4/2026)

Art. 64-B. Compete a Comissão de Segurança Pública opinar obrigatoriamente, quanto ao mérito, sobre as seguintes matérias:

I - políticas municipais de segurança pública e Defesa Civil;

II - prevenção e combate à violência e criminalidade.

III – defesa dos direitos humanos, da mulher, da criança, do idoso, do deficiente físico;

III – outros assuntos que, por sua natureza, exijam seu pronunciamento. (Incluído pela Resolução 01/2026, de 8/4/2026)

Art. 64-C. Compete a Comissão de Indústria, Comércio e Turismo opinar obrigatoriamente, quanto ao mérito, sobre as seguintes matérias:

I - desenvolvimento industrial, comercial e de serviços;

II - fomento ao turismo e eventos;

III - políticas de incentivo ao empreendedorismo, geração de emprego e renda;

IV - relações de consumo. (Incluído pela Resolução 01/2026, de 8/4/2026)

Art. 64-D. Compete a Comissão de Administração, Recursos Humanos e Previdência analisar e emitir parecer sobre:

I - gestão de recursos humanos, criação de cargos, planos de carreira;

II – seguridade social dos servidores públicos e gestão previdenciária;

III - estrutura administrativa e modernização da gestão pública municipal. (Incluído pela Resolução 01/2026, de 8/4/2026)

Art. 65. O estudo de qualquer matéria, pelas Comissões Permanentes, poderá ser feito em reunião conjunta de duas ou mais Comissões, por iniciativa de qualquer uma delas, aceita pelas demais, sob a direção do Presidente mais idoso.

Parágrafo Único: Nas reuniões conjuntas observar-se-á as seguintes normas:

I – em cada Comissão deverá estar presente a maioria de seus membros;

II – o estudo das matérias será conjunto, mas a votação far-se-á separadamente;

III – cada Comissão poderá ter o seu relator, se não preferir relator único;

IV – o parecer das Comissões poderá ser em conjunto, desde que se consigne a manifestação de cada uma delas.

Art. 66. É vedado a qualquer Comissão manifestar-se sobre a constitucionalidade de qualquer proposição, contrariando o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

Art. 67. Somente a Comissão de Legislação, Justiça e Redação manifestar-se-á sobre o veto, salvo se esta solicitar a audiência de outra comissão, com a qual poderá reunir-se em conjunto.

CAPÍTULO VI

Das Comissões Especiais, Processante e de Representação

Art. 68. As Comissões Especiais destinadas a proceder ao estudo de assuntos de especial interesse do Legislativo serão criadas através de resolução, aprovada em Plenário por maioria absoluta, proposta pela Mesa ou mediante requerimento de, pelo

menos três Vereadores, com a sua finalidade específica e o prazo para apresentação do relatório de seus trabalhos.

§1º O Presidente da Câmara diante das indicações dos nomes dos Vereadores, feitas pelos seus representantes partidários ou blocos formados, fará constar na resolução de criação os nomes dos membros das Comissões Especiais, observando sempre que possível, a composição partidária proporcional.

§2º A Comissão Especial extinguir-se-á findo o prazo de sua duração, indicado na resolução que a constituir, haja ou não concluído os seus trabalhos.

§3º A Comissão Especial relatará suas conclusões ao Plenário, através do seu Presidente sob a forma de Relatório fundamentado e aprovado pela maioria de seus membros e se houver de propor medidas, oferecerá projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo, que deverá conter a assinatura de, pelo menos, dois de seus membros.

§4º No caso do Relatório não ser aprovado pela maioria de seus membros, o mesmo será remetido ao Presidente da Câmara, juntamente com as demais peças documentais existentes, para o seu arquivamento.

§5º Na votação do Relatório, os membros da Comissão poderão apresentar seu voto por escrito e devidamente fundamentado.

§6º A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar tem por finalidade apurar a conduta de Vereador que infringir as normas de decoro parlamentar previstas neste Regimento Interno e em resolução própria, após prévio processo administrativo e direito ao contraditório. (Parágrafo incluído pela Resolução 01/2026, de 8/4/2026)

Art. 69. A Câmara constituirá Comissão Processante no caso de processo de cassação pela prática de infração político-administrativa do Prefeito ou de Vereador, observando-se os procedimentos e as disposições previstas na lei federal aplicável e na Lei Orgânica do Município.

Art. 70. As Comissões de Representação serão constituídas para representar a Câmara em atos externos de caráter cívico ou cultural, dentro ou fora do território do Município.

CAPÍTULO VII

Das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI)

Art. 71. A Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado da maioria absoluta de seus membros, criará Comissão Parlamentar de Inquérito, cujo primeiro subscritor será seu Presidente, que funcionará na sede da Câmara, através de resolução baixada pela Presidência, no prazo de quarenta e oito horas, contadas da leitura do requerimento em Plenário, para apuração de fato determinado que se inclua na competência municipal e por prazo certo, que não será superior a noventa dias, prorrogáveis por igual período, a juízo do Plenário, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Município, que estiver devidamente caracterizado no requerimento e na resolução de criação da Comissão.

§2º O Presidente da Câmara diante das indicações dos nomes dos Vereadores, feitas pelos seus representantes partidários ou blocos formados, fará constar na resolução de criação os nomes dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, observando sempre que possível, a composição partidária proporcional.

§3º Não participará como membro de Comissão Parlamentar de Inquérito o Vereador que estiver envolvido ou que tiver interesse pessoal no fato a ser apurado.

§4º Todos os atos e diligências da Comissão serão transcritos e autuados em processo próprio, em folhas numeradas, datadas e rubricadas pelo seu Presidente, contendo também a assinatura dos depoentes, quando se tratar de depoimentos tomados de autoridades ou de testemunhas.

§5º A Comissão Parlamentar de Inquérito, através da maioria de seus membros, no interesse da investigação poderá:

I – proceder a vistorias e levantamentos nas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência;

II – requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários.

§6º No exercício de sua atribuição poderá ainda, a Comissão Parlamentar de Inquérito, através de seu Presidente:

I – determinar as diligências que achar necessárias;

II – requerer a convocação de secretários municipais;

III – tomar depoimento de quaisquer autoridades, intimar testemunhas e inquirí-las sob compromisso;

IV – proceder a verificações contábeis em livros, papéis e documentos dos órgãos da Administração direta e indireta.

§7º As testemunhas serão intimadas e deporão sob as penas do falso testemunho previstas na legislação penal, e em caso de não comparecimento, sem motivo justificado, a intimação será solicitada ao juiz criminal da comarca onde as mesmas residem ou se encontram, na forma do Código de Processo Penal.

§8º Se não concluir seus trabalhos no prazo que lhe tiver sido estipulado, a Comissão se extinguirá, ficando prejudicada toda apuração já realizada, salvo se, antes do término do prazo, seu Presidente requerer a prorrogação por menor ou igual período e o requerimento for aprovado por maioria absoluta pelo Plenário, em sessão ordinária da Câmara.

§9º Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem funcionando, pelo menos duas, salvo mediante projeto de Resolução aprovado por dois terços dos membros da Câmara.

§10 Qualquer Vereador poderá comparecer às reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito, mediante consentimento de seu Presidente, desde que:

I – não tenha participação nos debates;

II – conserve-se em silêncio durante os trabalhos;

III – não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa no recinto;

IV – atenda às determinações do Presidente.

§11 A Comissão concluirá seus trabalhos através de relatório final, que deverá conter:

I – a exposição dos fatos submetidos à apuração;

II – a exposição e análise das provas colhidas;

III – a conclusão sobre a comprovação ou não da existência dos fatos;

IV – a conclusão sobre a autoria dos fatos apurados como existentes;

V – a sugestão das medidas a serem tomadas, com sua fundamentação legal;

VI – a indicação das autoridades que tiverem competência para a adoção das providências reclamadas.

§12 Considera-se relatório final o elaborado pelo relator eleito, desde que aprovado pela maioria dos membros da Comissão, e não o sendo, considera-se relatório final o elaborado por um dos membros com voto vencedor, designado pelo presidente da Comissão, o qual deverá ser assinado primeiramente por quem o redigiu e, em seguida, pelos demais membros.

§13 Na votação do relatório, os membros da Comissão poderão apresentar seu voto por escrito e devidamente fundamentado.

§14 O relatório final será protocolado na Secretaria da Câmara Municipal, acompanhado das demais peças do processo, para ser lido em Plenário, no Pequeno Expediente da primeira sessão ordinária seguinte, o qual independerá de apreciação do Plenário, devendo o Presidente dar-lhe encaminhamento de acordo com as recomendações nele propostas.

§15 A secretaria da Câmara deverá fornecer cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Vereador que a solicitar, independente de requerimento.

TÍTULO V

Dos Vereadores

CAPÍTULO I

Do Exercício da Vereança

Art. 72. Os Vereadores são agentes políticos investidos do mandato legislativo municipal, eleitos pelo sistema partidário e de representação proporcional por voto secreto e direto.

Art. 73. É assegurado ao Vereador, uma vez empossado:

I - participar de todas as discussões e votar nas deliberações do Plenário, salvo quando tiver interesse na matéria, direta ou indiretamente, o que comunicará ao Presidente;

II - votar na eleição da Mesa e das Comissões Permanentes;

III - apresentar proposição e sugerir medidas que visem o interesse coletivo, ressalvadas as matérias de iniciativa exclusiva do Executivo e da Mesa;

IV - concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões, salvo impedimentos;

V - usar da palavra em defesa das proposições apresentadas que visem o interesse do Município, ou em oposição às que julgar prejudiciais ao interesse público, sujeitando-se às limitações deste Regimento;

VI – gozar de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e voto no exercício do mandato e na circunscrição do Município;

VII – não ser obrigado a testemunhar, perante a Câmara, sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou delas receberam informações.

VIII – Pedir vistas pelo prazo de até 5 dias úteis de projetos de lei ou propostas de emenda à lei orgânica, salvo hipóteses em expressamente previstas neste Regimento, como quando há pedido de urgência simples ou especial, podendo, em qualquer

hipótese, apresentar emendas supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.
(Inciso incluído pela Resolução 01/2026, de 8/4/2026)

CAPÍTULO II

Das Vedações, Perda do Mandato e Falta de Decoro

Art. 74. É vedado ao Vereador:

I. Desde a expedição do diploma:

a) Celebrar ou manter contrato com o município, suas autarquias, sociedade de economia mista, empresas públicas, fundações e empresas concessionárias de serviços públicos municipais, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) Receber remuneração das entidades mencionadas na alínea anterior salvo nos casos previstos na Constituição Federal.

II. Desde a posse:

a) Ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o Município;

b) Ocupar cargo, função ou emprego de que seja demissível *ad nutum* nos órgãos da Administração Direta e Indireta no Município, salvo o de Secretário Municipal;

c) Exercer outro mandato eletivo.

Art. 75. Sempre que o Vereador cometer, dentro do recinto da Câmara excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá do fato e tomará as providências seguintes, conforme a gravidade:

I - advertência em Plenário;

II - cassação da palavra;

III - determinação para retirar-se do Plenário;

IV - suspensão da Sessão, para entendimentos na sala da presidência;

V - proposta de cassação de mandato de acordo com legislação vigente.

§1º Considera-se atentatório do decoro parlamentar, quando o detentor do uso da palavra, usar expressões que configurem crimes contra a honra ou contenham incitamento à prática de crimes.

§2º É incompatível com o decoro parlamentar:

I – o abuso das prerrogativas legais asseguradas ao Vereador;

II – a percepção de vantagens indevidas;

III – a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes.

CAPÍTULO III

Das Penalidades Por Falta de Decoro

Art. 76. As infrações definidas neste Regimento acarretam as seguintes penalidades, em ordem de gradação:

I – censura;

II – suspensão do exercício do mandato, até o máximo de trinta dias;

III – perda do mandato.

Art. 77. A censura será verbal ou escrita:

§1º A censura verbal será aplicada em sessão pelo Presidente da Câmara ou de Comissão, no âmbito desta, ao Vereador que:

- I – inobservar os deveres inerentes do mandato ou os preceitos deste Regimento;
- II – praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa;
- III – perturbar a ordem nas sessões da Câmara ou nas reuniões das Comissões.

§2º A censura escrita será imposta pela Mesa ao Vereador que:

- I – na qualidade de detentor do uso da palavra, usar expressões atentatórias do decoro parlamentar;
- II – praticar ofensas físicas ou morais no edifício da Câmara, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos Presidentes.

Art. 78. Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, por falta de decoro parlamentar, o Vereador que:

- I – reincidir nas hipóteses previstas nos parágrafos 1º e 2º do artigo 76;
- II – praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos deste Regimento;
- III – revelar conteúdo de debates ou deliberação que a Câmara ou Comissão haja resolvido devam ficar secretas;
- IV – revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenham tido conhecimento na forma regimental;
- V – faltar sem motivo justificado, a cinco (05) sessões ordinárias consecutivas ou a dez (10) intercaladas, dentro da sessão legislativa ordinária.

§1º Nos casos dos incisos I a IV, a penalidade será aplicada pelo Plenário, em votação aberta e por maioria simples, assegurada ampla defesa ao infrator.

§2º Na hipótese do inciso V, a Mesa aplicará, de ofício, o máximo da penalidade, resguardado o princípio da ampla defesa.

§3º As faltas nas sessões ordinárias, extraordinárias ou em reuniões das Comissões Permanentes deverão ser justificadas formalmente pelo parlamentar, preferencialmente com a juntada de documentos comprobatórios, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, os quais posteriormente serão anexadas a lista de presença e disponibilizadas no Portal da Transparência. (Parágrafo incluído pela Resolução 01/2026, de 8/4/2026)

CAPÍTULO IV

Da Extinção do Exercício da Vereança

Art. 79. Extingue-se o mandato de Vereador, devendo ser declarado pelo Presidente a Câmara, obedecida a Legislação Federal, quando:

- I - ocorrer falecimento, renúncia por escrito lida em Plenário, cassação dos direitos políticos ou condenação com pena acessória específica;
- II - deixar de tomar posse, sem motivo justificado, perante a Câmara Municipal, dentro do prazo estabelecido no parágrafo único do art. 5º deste Regimento;

III - deixar de comparecer em cada sessão Legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo por motivo de doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade, ou, ainda deixar de comparecer a cinco sessões extraordinárias convocadas pelo Presidente, para apreciação de matéria urgente, desde que comprovado o recebimento da convocação, em ambos os casos, assegurada ampla defesa;

IV - incidir nos impedimentos para o exercício do mandato estabelecidos em lei, não se desincompatibilizar até a posse, e, nos casos supervenientes, no prazo fixado em lei ou neste Regimento.

Art. 80. A extinção do mandato se torna efetiva pela declaração do ato ou fato pelo Presidente, que fará constar da ata da primeira sessão, comunicando ao Plenário e convocando imediatamente o respectivo Suplente.

Parágrafo Único: Se o Presidente da Câmara omitir-se nas providências deste artigo, o Suplente de Vereador, o Prefeito Municipal ou o Presidente do Partido Político, poderá requerer a declaração da extinção do mandato, por via judicial, de acordo com a lei federal.

Art. 81. A renúncia do Vereador será sempre escrita, assinada e com firma reconhecida, reputando-se aberta a vaga a partir da sua leitura em Plenário, pelo detentor do mandato ou pelo 1º Secretário.

CAPÍTULO V

Do Processo Destituitório

Art. 82. Sempre que qualquer Vereador propuser a destituição de membro da Mesa, o Plenário, conhecendo da representação, deliberará preliminarmente, em face da prova documental oferecido por antecipação, pelo representante sobre o processamento da matéria.

§1º Caso o Plenário se manifeste pelo processamento da representação, a mesma será atuada pelo 1º Secretário, Presidente ou o seu substituto legal, se for ele o denunciado, e determinará a notificação do acusado para oferecer defesa no prazo de 15 (quinze) dias e arrolar testemunhas até o máximo de 03 (três), sendo-lhe enviada cópia da peça acusatória e dos documentos que a tenham instruído.

§2º Se houver defesa, anexada à mesma com os documentos que a acompanharem aos autos, o Presidente mandará notificar o representante para confirmar a representação ou retirá-la no prazo de 05 (cinco) dias;

§3º Se não houver defesa, ou se havendo e o representante confirmar a acusação, será sorteado relator para o processo e convocar-se-á sessão extraordinária para a apreciação da matéria na qual serão inquiridas as testemunhas de defesa e de acusação até o máximo de 03 (três) para cada lado;

§4º Não poderá funcionar como relator o membro da Mesa.

§5º Na sessão, o relator que se servirá de Assessor Jurídico da Câmara para coadjuv-lo, inquirirá as testemunhas perante o Plenário, podendo qualquer Vereador formular-lhes perguntas do que se lavrar assentada.

§6º Finda a inquirição, o Presidente da Câmara concederá 30(trinta) minutos para se manifestarem individualmente o representante, o acusado e o relator, seguindo-se a votação da matéria pelo Plenário.

§7º Se o Plenário decidir por dois terços de votos dos Vereadores, pela destituição, será elaborado projeto de resolução pelo Presidente da Comissão de

Legislação, Justiça e Redação Final e o Presidente da Câmara declarará destituído o membro da Mesa.

CAPÍTULO VI

Das Licenças, das Vagas, da Suplência

Art. 83. O Vereador poderá licenciar-se mediante requerimento dirigido a Presidência, nos seguintes casos:

I - por motivo de doença devidamente comprovada, com subsídios integrais;

II – para tratar de interesse particular, conforme dispuser a Lei Orgânica;

III - para desempenhar missões temporárias e de caráter cultural ou de interesse do Município.

§1º Ao Vereador licenciado nos termos do inciso III, a Câmara poderá determinar o pagamento de auxílio especial, no valor que estabelecer e na forma que especificar.

§2º Será considerado automaticamente licenciado o Vereador investido no cargo de Prefeito ou Secretário Municipal.

§3º Dar-se-á a convocação de suplente de Vereador nos casos de vaga, licença ou em impedimentos previstos na Lei Orgânica do Município, desde que superior a 120 dias.

§4º Sempre que ocorrer vaga, licença ou impedimento, o Presidente da Câmara terá o prazo de 15 dias para convocar o respectivo Suplente, o qual deverá tomar posse no prazo de 15 dias, contados da data da convocação, salvo justo motivo aceito pela Câmara, quando se prorrogará o prazo.

§5º Em caso de vaga, não havendo Suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas ao Juízo Eleitoral da Comarca.

§6º Enquanto a vaga a que se refere o § 5º deste artigo não for preenchida, calcular-se-á o quorum em função dos Vereadores remanescentes.

§7º O suplente não intervirá, nem votará no processo de cassação de mandato de vereador, quando a convocação decorrer de afastamento de titular por este motivo.

§8º O suplente que assumir a vaga de vereador licenciado, assumirá todas as funções que outrora pertenciam ao licenciado, tanto na mesa, quanto nas comissões permanentes. (Parágrafo incluído pela Resolução 01/2026, de 8/4/2026)

CAPÍTULO VII

Dos Líderes

Art. 84. Os partidos políticos poderão ter líderes e vice-líderes na Câmara, que serão seus porta-vozes com prerrogativas constantes deste Regimento.

Art. 85. A indicação dos líderes será feita em documento subscrito pelos membros das representações majoritárias, minoritárias, blocos parlamentares ou pelos Partidos Políticos, à Mesa, nas 24 horas que se seguirem à instalação do primeiro período legislativo anual.

§1º Enquanto não houver a indicação dos líderes, serão tidos como tais os Vereadores mais votados da respectiva bancada;

§2º Não havendo unanimidade entre os Vereadores componentes da bancada, será considerado líder aquele cuja indicação tiver maior número de assinatura da respectiva bancada;

§3º Quando as bancadas entenderem de substituir seus líderes deverão fazê-lo na forma prevista no “caput” deste artigo, tendo validade após leitura no Expediente de sessão ordinária da Câmara;

§4º Não serão reconhecidos como líderes para gozo das prerrogativas regimentais os representantes de grupos, ala, facções ou do Prefeito.

Art. 86. Os líderes terão um terço a mais do prazo para uso da palavra nos casos previstos neste Regimento.

Parágrafo Único: Para fazer comunicação em nome de seu partido, o líder poderá usar da palavra por 05 minutos, em qualquer fase das sessões, desde que autorizado pela Presidência.

CAPÍTULO VIII

Das Incompatibilidades e Impedimentos

Art. 87. As incompatibilidades de Vereador são somente aquelas previstas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

Art. 88. São impedimentos do Vereador aqueles indicados na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno.

CAPÍTULO IX

Dos Subsídios dos Vereadores

Art. 89. Os subsídios dos Vereadores serão fixados por Resolução de iniciativa da Mesa Diretora, no último ano da legislatura para vigor na subsequente, até trinta (30) dias antes das eleições municipais, observados os limites e critérios estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

Parágrafo Único: Não prejudicarão o pagamento dos subsídios aos Vereadores presentes, a não realização de sessão por falta de quorum e a ausência de matéria a ser votada, e no recesso parlamentar, os subsídios serão pagos de forma integral.

Art. 90. Os subsídios e a parcela indenizatória fixados na forma do artigo 88 deverão ser revistos anualmente, por lei específica, sempre na mesma data e sem distinções de índices, coincidentemente com a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do Município.

Parágrafo 1º Na fixação dos subsídios de que trata o artigo 88 e na revisão anual prevista no “caput” deste artigo, além de outros limites previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, serão ainda observados os seguintes limites:

I – o subsídio máximo do Vereador corresponderá a 30% (trinta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais;

II – o total da despesa com os subsídios e a parcela indenizatória previstos nesta lei não poderá ultrapassar o montante de cinco (5) por cento da receita do Município, nem o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal previsto em lei complementar federal.

Parágrafo 2º Para os efeitos do inciso II do parágrafo 1º deste artigo, entende-se como receita do Município, o somatório de todas as receitas, exceto:

I – a receita de contribuição de servidores destinadas à constituição de fundos ou reservas para o custeio de programas de previdência social, mantidos pelo Município, e destinados a seus servidores;

II – operações de crédito;

III – receita de alienação de bens móveis e imóveis;

IV – transferências oriundas da União ou do Estado através de convênio ou não para a realização de obras ou manutenção de serviços típicos das atividades daquelas esferas de Governo;

V – outras receitas que venham ser definidas em lei.

TÍTULO VI

Das Proposições e da sua Tramitação

CAPÍTULO I

Das Modalidades de Proposição e de sua Forma

Art. 91. Proposição é toda matéria sujeita a deliberação do Plenário, qualquer que seja o seu objeto.

Parágrafo Único: São modalidades de proposição:

I - proposta de emenda à Lei Orgânica;

II – projeto de lei complementar;

III - projetos de lei;

IV - projetos de decreto legislativo;

V - projetos de resolução;

VI - projetos substitutivos;

VII - emendas e subemendas;

VIII - vetos;

IX - pareceres das Comissões Permanentes;

X - relatórios das Comissões Especiais de qualquer natureza;

XI - indicações;

XII - requerimentos;

XIII – representações.

Art. 92. As proposições deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e na ortografia oficial pelo seu autor.

Parágrafo Único: Considera-se autor da proposição, para efeitos regimentais, o seu primeiro signatário, sendo de simples apoio às assinaturas que se seguirem à primeira.

Art. 93. Exceção feita às emendas, subemendas, indicações, requerimentos e vetos, as proposições deverão conter ementa indicativa do assunto a que se referem.

Art. 94. As proposições consistentes em projetos de lei, de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo, deverão ser oferecidas com justificativa, por escrito.

Parágrafo Único: Nenhuma proposição poderá incluir matéria estranha ao seu objeto.

CAPÍTULO II

Das proposições em espécie

Art. 95. Toda matéria legislativa de competência da Câmara, dependente de manifestação do Prefeito, será objeto de projeto de lei; todas as deliberações privativas da Câmara, tomadas em Plenário, que independem do Executivo, terão forma de decreto legislativo ou de resolução, conforme o caso, exceto o veto e o relatório de Comissão Parlamentar de Inquérito, em que a Câmara Municipal não seja competente para deliberar.

§1º Destinam-se os decretos legislativos a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, sem sanção do Prefeito e que tenham efeito externo, tais como:

I - concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município por mais de quinze (15) dias;

II - aprovação ou rejeição do parecer prévio sobre as contas do Município, proferido pelo Tribunal de Contas do Estado;

III - representação à Assembléia Legislativa sobre modificação territorial ou mudança do nome da sede do Município;

IV - mudança do local de funcionamento da Câmara;

V - cassação do mandato do Prefeito, na forma prevista na legislação pertinente;

VI – concessão de título honorífico;

§2º Destinam-se as resoluções a regulamentar matéria de caráter político e administrativo e de sua economia interna, sobre as quais deva a Câmara pronunciar-se em casos concretos, tais como:

I - perda de mandato de Vereador;

II - concessão de licença a Vereador para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município;

III - criação de Comissão Especial ou Parlamentar de Inquérito;

IV - conclusões de Comissão de Inquérito ou Especial, quando for o caso;

V - qualquer matéria de natureza regimental;

VI - todo e qualquer assunto de sua organização de economia interna, de caráter geral ou normativo.

Art. 96. A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, à Mesa da Câmara, às Comissões Permanentes, ao Prefeito e ao eleitorado, ressalvado os casos de iniciativa exclusiva do Executivo e da Mesa da Câmara, conforme determinação constitucional, legal ou deste Regimento.

§1º O eleitorado exercerá o direito de iniciativas das leis, sob a forma de moção articulada subscrita, no mínimo, por cinco (5) % do total de eleitores do Município.

I – A proposta popular deverá ser articulada exigindo-se para o seu recebimento pela Câmara, a identificação dos assinantes mediante indicação do número do título eleitoral, zona, seção, endereço do assinante, nome por extenso, bem como certidão expedida pelo órgão eleitoral competente contendo a informação do número total de eleitores do bairro, da cidade ou do município.

Art. 97. Substitutivo é o projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo apresentado por um Vereador ou Comissão para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto.

Parágrafo Único: Não é permitido substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo projeto, sendo vedada também a substituição de projetos após iniciada a votação do mesmo.

Art. 98. Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra.

§ 1º As emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas e modificativas;

§ 2º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte da outra;

§ 3º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra;

§ 4º Emenda aditiva é a proposição que deve ser acrescentada à outra;

§ 5º Emenda modificativa é a proposição que visa alterar a redação de outra;

§ 6º A emenda apresentada à outra emenda denomina-se subemenda.

Art. 99. Veto é a oposição formal e justificada do Prefeito a projeto de lei aprovado pela Câmara por considerá-lo inconstitucional ou contrário ao interesse público.

Art. 100. Parecer é o pronunciamento por escrito de Comissão Permanente sobre matéria que lhe haja sido regimentalmente distribuída, podendo ser simplificado ou circunstanciado.

Parágrafo Único: O parecer poderá ser acompanhado de projeto substitutivo ao projeto de lei, decreto legislativo ou resolução que suscitou a manifestação de Comissão.

Art. 101. Relatório de Comissão Especial é o pronunciamento escrito que encerra as suas conclusões sobre o assunto que motivou a sua constituição.

Parágrafo Único: Quando as conclusões da Comissão Especial indicarem a tomada de medidas legislativas, o relatório poderá fazer-se acompanhar de projeto de lei, decreto legislativo ou resolução, salvo se tratar de matéria de iniciativa reservada ao Prefeito.

Art. 102. Indicação é a proposição escrita pela qual o Vereador sugere medidas de interesse público, dispensado o parecer das Comissões Permanentes.

Art. 103. Requerimento é todo pedido verbal ou escrito de Vereador ou de Comissão feito ao Presidente da Câmara ou por seu intermédio, sobre assunto do expediente, da Ordem do dia ou de interesse pessoal do Vereador, dispensada a audiência das Comissões Permanentes.

§1º Serão verbais e decididos pelo Presidente da Câmara os requerimentos que solicitem:

I - a palavra ou desistência dela;

II - leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;

III - observância de disposição regimental;

IV - retirada, pelo autor, de proposição ainda não inscrita na Ordem do Dia;

V - requisição de documento, processo, livro ou publicação existente na Câmara sobre proposição em discussão;

- VI - justificativa de voto e sua transcrição em ata;
- VII - verificação de quorum;
- VIII - licença de Vereador para ausentar-se da sessão;
- IX – impugnação ou retificação da Ata.

§2º Serão igualmente verbais e sujeitos a deliberação do Plenário os requerimentos que solicitem:

- I - prorrogação de sessão ou dilatação da própria prorrogação;
- II - dispensa de leitura de matéria constante da Ordem do Dia;
- III - destaque de matéria para votação;
- IV - votação a descoberto;
- V - encerramento de discussão;
- VI - inclusão de proposição em regime de urgência especial ou simples;
- VII - votos de louvor, congratulações, pesar ou repúdio;
- VIII - manifestação do Plenário sobre aspectos relacionados com a matéria em debate;
- IX - dispensa de discussão de proposição com todos os pareceres favoráveis;
- X - declaração em Plenário de interpretações do Regimento.

§3º Serão escritos e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que versem sobre:

- I - audiência de Comissão Permanente;
- II - juntada de documentos a processo ou desentranhamento;
- III – transcrição integral de proposição ou documento em ata;
- IV - preferência para discussão de matéria ou redução de interstício regimental para discussão;
- V - anexação de proposições com objeto idêntico;
- VI - informações solicitadas ao Prefeito ou por seu intermédio;
- VII - constituição de Comissões Especiais e de Inquérito;
- VIII - retirada de proposição já inscrita na Ordem do Dia;
- IX - convocação de Secretário Municipal para prestar esclarecimento em Plenário.

Art. 104. Representação é a exposição escrita e circunstanciada de Vereador ao Presidente da Câmara visando à destituição de membro da Mesa nos casos previstos neste Regimento.

Parágrafo Único: Para efeitos regimentais, equipara-se à representação, a denúncia contra o Prefeito ou Vereador, sob acusação de prática de ilícito político administrativa.

CAPÍTULO III

Da apresentação das proposições

Art. 105. Toda e qualquer proposição escrita, para constar na pauta de sessão ordinária, deverá ser apresentada com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência na

Secretaria da Câmara, que as protocolará, numerando-as e encaminhando-as ao Presidente.

Parágrafo único: O Presidente da Mesa poderá aceitar proposição fora do prazo previsto no "caput", estendendo-o até às 16h00min do dia da sessão, desde que devidamente instruídos com cópias para todos os vereadores.

Art. 106. Os projetos substitutivos das Comissões, os vetos, os pareceres, bem como os relatórios das Comissões Especiais, serão apresentadas nos próprios processos com encaminhamento ao Presidente da Câmara.

~~**Art. 107.** As emendas e subemendas serão apresentadas à mesa até 24 (vinte quatro) horas antes do início da sessão em cuja Ordem do Dia se ache incluída a respectiva proposição, a não ser que sejam oferecidas por ocasião dos debates, ou se tratar de projeto em regime de urgência especial, ou ainda, quando estejam assinadas pela maioria absoluta dos Vereadores.~~

~~§1º As emendas à proposta orçamentária, ao plano plurianual e às diretrizes orçamentárias serão oferecidas no prazo de 15 dias, a partir da inserção da matéria no expediente, à Comissão de Finanças e Orçamento.~~

~~§2º As emendas aos projetos de codificação e de estatutos serão apresentadas no prazo de 15 dias à comissão de Legislação, Justiça e Redação, a partir da data em que esta receba o processo, sem prejuízo daquelas oferecidas por ocasião dos debates.~~

~~§3º A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta:~~

~~I – de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;~~

~~II – do Prefeito Municipal;~~

~~III – de iniciativa popular.~~

~~§4º A Proposta de emenda à Lei Orgânica será discutida e votada em dois (02) turnos de discussão, considerando-se aprovada quando obtiver em ambos, maioria absoluta de votos dos membros da Câmara.~~

~~§5º A emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.~~

Art. 107 As emendas e subemendas serão apresentadas à mesa até 24 (vinte quatro) horas antes do início da sessão em cuja Ordem do Dia se ache incluída a respectiva proposição, a não ser que sejam oferecidas por ocasião dos debates, ou se tratar de projeto em regime de urgência especial, ou ainda, quando estejam assinadas pela maioria absoluta dos Vereadores.

§1º As emendas e subemendas a lei orçamentária e a projetos de lei envolvendo codificação de matéria deverão ser apresentadas diretamente às Comissões Permanentes, as quais terão a legitimidade para apresentar o projeto de lei já incorporado das alterações necessárias.

§2º As emendas e subemendas apresentadas tem preferência na ordem de votação dos projetos e caso aprovadas, elas se incorporam automaticamente a redação original do projeto.

§3º Caso sejam apresentadas emendas após a 1ª votação e 1ª discussão, é necessário que o projeto de lei já com a incorporação da emenda seja submetido a duas votações pelo Plenário para ser considerado aprovado.

§4º A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta:

I – de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II – do Prefeito Municipal;

III – de iniciativa popular.

§5º A Proposta de emenda à Lei Orgânica será discutida e votada em dois (02) turnos de discussão, considerando-se aprovada quando obtiver em ambos, maioria absoluta de votos dos membros da Câmara.

§6º A emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem. (Nova redação dada pela Resolução nº 01/2026, de 08/04/2026)

Art. 108. As representações far-se-ão acompanhar, obrigatoriamente de documentos hábeis que as instruam e, a critério de seu autor, de rol de testemunhas, devendo ser oferecidas em tantas vias quantos forem os acusados.

Art. 109. O Presidente, conforme o caso, não aceitará proposição:

I - em matéria que não seja de competência do Município;

II - que versar sobre assuntos alheios à competência da Câmara ou privativos do Executivo;

III - que visa delegar a outro Poder atribuições próprias do Legislativo, salvo a hipótese de lei delegada;

IV - que, sendo de iniciativa do Prefeito, tenha sido apresentada por Vereador;

V - que seja apresentada por Vereador licenciado, afastado ou ausente;

VI - que tenha sido rejeitada anteriormente na mesma sessão Legislativa, salvo se tratar de matéria de iniciativa exclusiva do Prefeito, ou quando tenha sido subscrita pela maioria absoluta dos membros da Câmara;

VII - que seja formalmente inadequada, por não serem observados os requisitos deste Regimento;

VIII - quando a emenda ou subemenda for apresentada fora do prazo, e não observar a restrição constitucional ao poder de emendar ou não tiver relação com a matéria da proposição principal;

IX - quando a Indicação versar matéria que em conformidade com este Regimento, deva ser objeto de requerimento;

X - quando a Representação não se encontrar devidamente documentada ou arguir fatos irrelevantes ou impertinentes;

XI – quando o Substitutivo não versar sobre o mesmo assunto do projeto de origem.

Parágrafo único: Exceto nas hipóteses dos incisos VII e XI, caberá recurso do autor ou autores ao Plenário no prazo de 05 (cinco) dias, o qual será distribuído à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para o devido parecer.

CAPÍTULO IV

Retirada de Proposições

Art. 110. A retirada de proposição em curso na Câmara é permitida:

I – quando de autoria de um, mesmo com apoio de mais Vereadores, mediante requerimento do autor ou da maioria dos subscritores;

II – quando de autoria de Comissão ou da Mesa, mediante requerimento da maioria de seus membros;

III – quando de autoria do Poder Executivo, mediante solicitação do autor, por escrito, não podendo ser recusada;

IV – quando de iniciativa popular, mediante requerimento assinado por metade mais um dos seus subscritores;

§1º O requerimento de retirada de proposição não poderá ser apresentado quando já iniciada a votação da matéria.

§2º. Se a proposição ainda não estiver incluída na Ordem do Dia, o requerimento será decidido pelo Presidente, em caso contrário, pelo Plenário.

§3º A proposição retirada na forma deste artigo não poderá ser reapresentada na mesma sessão legislativa, salvo deliberação do Plenário.

Art. 111. No início de cada legislatura, a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislatura anterior, em tramitação na Casa, sem parecer ou com parecer contrário das Comissões competentes, salvo:

I - as de iniciativa das Comissões Especiais;

II - as de iniciativa das Comissões Parlamentares de Inquérito;

III - as de iniciativa do Executivo, sujeitas à deliberação em prazo certo, exceto as que abram crédito suplementar.

Parágrafo Único: O Vereador autor de proposição arquivada na forma deste artigo poderá requerer o seu desarquivamento e re tramitação.

Art. 112. Os requerimentos a que se refere o Parágrafo único do artigo 111 serão indeferidos quando impertinentes, repetitivos ou manifestados contra expressa disposição regimental, sendo irrecorrível a decisão.

CAPÍTULO V

Da Tramitação das Proposições

Art. 113. Recebida qualquer proposição escrita será encaminhada ao Presidente da Câmara, que determinará imediatamente a sua tramitação, observando o disposto neste Capítulo.

Parágrafo Único: Para iniciar a tramitação, com a leitura no Plenário, toda matéria, com exceção das indicações, requerimentos e das emendas oferecidas por ocasião dos debates, será fotocopiada e colocada à disposição de todos os Vereadores, 24 horas antes da sessão.

Art. 114. Quando a proposição consistir em projeto de lei, de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo, uma vez lida pelo 1º Secretário durante o Expediente, será pelo Presidente encaminhada às Comissões competentes, para os pareceres técnicos.

§1º No caso de projeto substitutivo oferecido por determinada Comissão, ficará prejudicada a remessa do mesmo à sua própria autora.

§2º Nenhuma proposição, salvo as indicações, os requerimentos e os casos previstos neste Regimento, poderão ser apreciadas pelo Plenário sem o Parecer das Comissões competentes.

§3º O Projeto de Lei aprovado pela Câmara, será no prazo de 15 dias úteis enviado pelo Presidente ao Prefeito Municipal, que concordando o sancionará no prazo de 15 dias úteis.

~~I—Decorridos os 15 dias úteis, o silêncio do Prefeito Municipal, importará em sanção.~~ **(Revogado pela Resolução 01/2026 de 08/04/2026)**

Art. 115. As emendas e subemendas serão obrigatoriamente apreciadas pelas Comissões na mesma fase que a proposição originária.

Art. 116. Sempre que o Prefeito considerar determinada proposição aprovada pela Câmara, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrária ao interesse público, poderá vetá-la, total ou parcialmente no prazo de 15 dias corridos contados da data do recebimento, e comunicará o veto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas ao Presidente da Câmara, bem como as razões do mesmo. A matéria será incontinentemente encaminhada a Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que poderá solicitar a audiência de outra Comissão, com a qual poderá reunir-se em conjunto, observado o disposto neste Regimento.

~~§1º A apreciação do veto pelo Plenário da Câmara será, dentro de 15 dias a contar de seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto de maioria absoluta, em escrutínio secreto.~~

§1º A apreciação do veto pelo Plenário da Câmara será, dentro de 30 dias a contar de seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto de maioria absoluta dos seus membros. (Alterado pela Resolução 01/2026, de 08/04/2026)

§2º Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para a promulgação.

§3º A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§4º Na apreciação do veto a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

§5º Se o Prefeito não promulgar a lei nos prazos previstos, e ainda no caso de sanção tácita, o Presidente da Câmara a promulgará, e se, este não o fizer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas caberá ao Vice-Presidente obrigatoriamente fazê-lo.

§6º A matéria constante de projeto de lei rejeitado, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta de maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 117. Os pareceres das Comissões Permanentes serão obrigatoriamente incluídos na Ordem do Dia em que serão apreciadas as proposições a que se referem.

Art. 118. As indicações, após lidas e deliberadas pelo Plenário, serão encaminhadas, a quem de direito, através da Secretaria da Câmara.

Art. 119. Os requerimentos que se referem os parágrafos 1º e 2º do art. 103 serão apresentados em qualquer fase da sessão e postos imediatamente em tramitação independente de sua inclusão no Expediente ou na Ordem do Dia.

Parágrafo Único: Qualquer Vereador poderá manifestar a intenção de discutir os requerimentos a que se refere o §3º do art. 103, com exceção daqueles dos incisos I, II, III, IV e V.

Art. 120. Durante os debates, na Ordem do Dia, poderão ser apresentados requerimentos que se refiram estritamente ao assunto discutido, sendo deliberado pelo Plenário, sem prévia discussão, admitindo-se, entretanto, encaminhamento de votação pelo proponente e pelos líderes partidários.

CAPÍTULO VI

Do Regime de Urgência

Art. 121. As proposições poderão tramitar em regime de urgência especial ou de urgência simples.

§1º O regime de urgência especial implica que a matéria seja deliberada em votação final dentro de duas sessões ordinárias a contar da aprovação do Regime de urgência especial, há dispensa dos pareceres e não há concessão de vistas.

Parágrafo 2º. Esgotado o prazo de deliberação, serão os projetos considerados aprovados.

Parágrafo 3º. O prazo previsto neste artigo aplica-se também aos projetos de lei os quais se exija aprovação por quorum qualificado.

Parágrafo 4º. O prazo fixado neste artigo não corre nos períodos de recesso da Câmara.

Parágrafo 5º. O disposto neste artigo não é aplicável à tramitação dos projetos de codificação.

Parágrafo 6º O pedido de urgência deverá ser sempre expressa e poderá ser feita depois da remessa do projeto, em qualquer fase de seu andamento, considerando a data do pedido de urgência, a data que foi formalizada oficialmente ao Poder Legislativo.

§7º O regime de urgência simples implica que o projeto seja apreciado em até 45 dias, a contar da aprovação do regime de urgência simples, devendo os prazos para pareceres e apresentações de emendas serem reduzidos para metade do prazo previsto neste Regimento, inclusive há possibilidade de vistas, também com prazo reduzido a 48 horas.

§8º Caso as Comissões não emitam parecer na matéria tratada em regime de urgência simples, o Presidente da Câmara no dia previsto para votação da matéria, poderá dispensá-los.

Art. 122. A concessão de urgência especial dependerá de aprovação por maioria simples do Plenário, devendo sempre ser transcrito na ata da sessão, mediante provocação:

I - da Mesa;

II - do presidente;

III- do Prefeito;

IV - de Comissão;

V - de autores da proposição em assuntos de sua competência privativa ou especialidade;

VI- de maioria dos membros da edilidade;

§1º O Plenário somente concederá a urgência especial quando a proposição, por seus objetivos, exija apreciação pronta, sem o que perderá a oportunidade ou a eficácia.

§2º Concedida a urgência simples, na mesma sessão o Presidente encaminhará o projeto às Comissões competentes, que poderão em conjunto emitir o parecer sobre o projeto.

Art. 123. O regime de urgência simples será aprovado por maioria simples, pelo Plenário através de requerimento escrito da Mesa, do presidente, do Prefeito, de Comissão, ou de qualquer Vereador, quando se tratar de matéria de relevante interesse público que exige, por sua natureza, a pronta deliberação do Plenário.

Parágrafo Único: Serão incluídos no regime de urgência simples, independente de manifestação do Plenário, as seguintes matérias:

I - a proposta orçamentária a partir do escoamento da metade do prazo de que disponha o Legislativo para apreciá-la;

II - os projetos de lei do executivo sujeitos à apreciação em prazo certo a partir das 03 (três) últimas sessões que se realizem no intercurso daquele;

III - o veto, quando escoados dois terços do prazo para sua apreciação.

Art. 124. Quando por extravio ou retenção indevida não for possível o andamento de qualquer proposição, já estando vencidos os prazos regimentais, o Presidente fará reconstituir o respectivo processo e determinará a sua retransmissão.

CAPÍTULO VII

DAS HONRARIAS E HOMENAGENS ESPECIAIS

Art. 124-A. As honrarias a serem concedidas às pessoas físicas serão feitas por meio de projeto de Decreto Legislativo, que pode ser proposto por qualquer vereador, no limite anual de 5 (cinco) honrarias, o qual deverá ser lido em plenário e posteriormente encaminhado para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação para análise dos requisitos para a concessão do tipo de honraria e a relevância dos serviços prestados ao Município.

§1º Após a análise da Comissão, o projeto será incluído na ordem do dia e a votação será precedida da leitura da justificativa da honraria, com a descrição da biografia do homenageado.

§2º A aprovação da honraria requer aprovação da maioria simples, em votação única.

§3º Aprovado o decreto legislativo, a honraria será outorgada em sessão solene especialmente convocada para esse fim, ocasião em que poderão ser entregues vários títulos na mesma cerimônia, podendo inclusive ser estabelecido um calendário anual de cerimônias.

§4º A honraria que objetiva denominar próprio ou logradouro público deve ser aprovada por meio de lei ordinária, em duas sessões e mediante aprovação da maioria simples, estando vedada a homenagem a pessoas vivas. **(incluído pela Resolução 01/2026, de 08/04/2026)**

Art. 124-B. São honrarias a serem concedidas:

I – Título de Cidadão Honorário: concedido à pessoa física não nascida em Quitandinha que tenha prestado serviços excepcionais ao Município, com impacto significativo e duradouro para a comunidade local, por meio de:

- a) atividade profissional de destaque;
- b) contribuição intelectual nas ciências, nas artes, nos esportes ou na política;
- c) ações de interesse público com recursos próprios;
- d) conduta exemplar de reconhecimento público.

II – Título de Cidadão Benemérito: concedido à pessoa física nascida em Quitandinha que tenha prestado serviços relevantes ao Município, demonstrando comprometimento duradouro com o desenvolvimento local, por meio de:

- a) atividade profissional de destaque;
- b) contribuição intelectual nas ciências, nas artes, nos esportes ou na política;
- c) ações de interesse público com recursos próprios;
- d) conduta exemplar de reconhecimento público.

III - Vulto Emérito: concedido à pessoa física nascida em Quitandinha que tenha alcançado eminente destaque em determinada ciência ou arte, comprovado por meio de documentação oficial ou reconhecimento dos pares, por ter:

- a) recebido prêmio ou reconhecimento estadual, nacional ou internacional;
- b) produzido obra de relevância científica, artística ou cultural;
- c) contribuído, significativamente, para o avanço do conhecimento em sua área.

IV - Servidor Benemérito: concedido a servidor ativo ou inativo que tenha se destacado no exercício de suas funções, comprovadamente por meio de atos concretos e reconhecimento institucional, por ter:

- a) atuado de forma notória na defesa do interesse público;
- b) promovido inovações ou melhorias significativas no serviço público;
- c) permanecido em atividade além do tempo necessário para a aposentadoria voluntária. **(incluído pela Resolução 01/2026, de 08/04/2026)**

Art. 124-C. Poderão ainda ser propostos pelos vereadores votos de pesar, votos de louvor, moção de apoio e moção de repúdio, os quais seguirão os mesmos procedimentos das indicações/requerimentos, considerando-se aprovada em caso de votação pela maioria simples em votação única. **(incluído pela Resolução 01/2026, de 08/04/2026)**

TÍTULO VII

Das Sessões da Câmara

CAPÍTULO I

Das Sessões em Geral

Art. 125. As sessões da Câmara serão ordinárias, extraordinárias ou solenes, assegurado o acesso às mesmas, do público em geral.

§1º Para assegurar maior publicidade às sessões da Câmara poder-se-á publicar a pauta e o resumo dos seus trabalhos através da imprensa, oficial ou não.

§2º Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara, na parte do recinto reservado ao público, desde que:

- I - apresente-se convenientemente trajado;
- II - não porte arma;
- III - conserve-se em silêncio durante os trabalhos;
- IV - não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passar em Plenário;
- V - atenda às determinações do Presidente.

§3º O Presidente determinará a retirada do assistente que se conduza de forma a perturbar os trabalhos e evacuará o recinto, sempre que julgar necessário.

~~**Art. 126.** As sessões da Câmara deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, observadas as exceções da Lei Orgânica do Município e deste regimento.~~

~~**Parágrafo Único:** Comprovada a impossibilidade de acesso àquele recinto ou outra causa que impeça a sua utilização, poderão ser realizadas sessões em outro local, por decisão do Presidente da Câmara.~~

Art. 126. As sessões da Câmara são públicas e deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, observadas as exceções da Lei Orgânica do Município e deste regimento.

I - Comprovada a impossibilidade de acesso àquele recinto ou outra causa que impeça a sua utilização, poderão ser realizadas sessões em outro local, por decisão do Presidente da Câmara.

II – Será garantida a transmissão ao vivo das sessões pela internet e a disponibilização posterior da ata e do vídeo da sessão no site ou Portal da Transparência. **(Nova redação dada pela Resolução 01/2026, de 08/04/2026)**

Art. 127. A Câmara poderá realizar sessões secretas, por deliberação de dois terços dos seus membros, para tratar de assuntos de sua economia interna, quando seja o sigilo necessário à preservação do decoro parlamentar.

Parágrafo Único: Deliberada a realização de sessão secreta ainda que para realizá-la se deva interromper a sessão pública, o Presidente determinará a retirada do recinto e de suas dependências, dos assistentes, dos funcionários da Câmara e dos representantes da imprensa, rádio e televisão.

Art. 128. A Câmara somente se reunirá quando tenham comparecido à sessão pelo menos 1/3 (um terço) dos Vereadores que a compõem, não podendo, contudo, deliberar sobre nenhuma matéria sem que esteja presente a maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo Único: O disposto neste artigo não se aplica às sessões solenes e de instalação, que se realizarão com qualquer número de Vereadores presentes.

Art. 129. Durante as sessões, somente os Vereadores poderão permanecer na parte do recinto que lhes é destinada.

§1º A convite da Presidência, ou por sugestão de qualquer Vereador, poderão tomar acento nessa parte para assistir à sessão, desde que convidadas pelo Presidente, as autoridades públicas federais, estaduais e municipais presentes ou personalidades que estejam sendo homenageadas.

§2º Os visitantes recebidos em Plenário em dias de sessão, poderão usar da palavra para agradecer a saudação que lhes seja feita pelo Legislativo.

CAPÍTULO II

Das Atas das Sessões

Art. 130. De cada sessão da Câmara lavrar-se-á ata dos trabalhos contendo, sucintamente, os assuntos tratados a fim de ser submetida ao Plenário.

§1º As indicações, os requerimentos e as demais proposições e documentos figurarão com a menção do objeto a que se referirem, número e nome do autor.

§2º A ata da sessão anterior, que ficará à disposição dos Vereadores até 24 horas de antecedência, será lida, discutida e votada na sessão subsequente.

§3º A ata poderá ser impugnada, quando for totalmente inválida, por não descrever os fatos e as situações realmente ocorridas, mediante requerimento verbal de impugnação, aprovado pelo Plenário.

§4º Poderá ser requerida a retificação da ata, quando nela houver omissão ou equívoco.

§5º Cada Vereador poderá falar uma vez sobre a ata para pedir a sua retificação ou impugná-la.

§6º Requerida a impugnação ou solicitada a retificação da ata, o Plenário deliberará imediatamente a respeito.

§7º Aceita a impugnação, lavrar-se-á nova ata, e aprovada a retificação, será ela incluída na ata da sessão em que ocorrer a sua votação.

§8º Votada e aprovada a ata, será assinada pelo Presidente e pelo 1º Secretário, e pelos vereadores que o desejarem.

§9º Não poderá requerer a impugnação ou retificação da ata o Vereador ausente à sessão a que a mesma se refira.

§10º A ata de sessão secreta será lavrada pelo 1º Secretário, lida e aprovada na mesma sessão, sendo ainda lacrada e arquivada, com rótulo datado e rubricado pela Mesa e somente poderá ser reaberta em outra sessão igualmente secreta por deliberação do Plenário, a requerimento da Mesa ou de um terço dos Vereadores.

Art. 131. A ata da última sessão de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação na própria sessão, com qualquer número, antes de seu encerramento.

CAPÍTULO III

Das Sessões Ordinárias

Art. 132 Ficam alterados o dia e o horário das sessões ordinárias da Câmara Municipal, que passarão a ser realizadas todas as quartas-feiras às 19:30 horas, no Plenário Municipal João Santana Pinto. **(Nova Redação pela Resolução 03 de 25/03/2025)**

§1º - Ocorrendo o dia da sessão em feriado, a mesma poderá ser realizada conforme deliberação da mesa, podendo ainda consultar o Plenário sobre a conveniência da data de realização da sessão adiada.

§2º - Se não houver necessidade da referida sessão para o fechamento das 30 sessões ordinárias anuais, esta sessão, em dia de feriado, poderá deixar de ser realizada posteriormente.

§3º Ocorrendo fatos emergenciais imprevisíveis que impossibilitem a realização de trinta (30) sessões ordinárias anuais, as sessões extraordinárias realizadas serão computadas para efeito do atendimento do disposto no § 2º deste artigo. **(Incluído pela Resolução 14 de 16/04/2020)**

Art. 133. As sessões ordinárias compõem-se de quatro partes: Pequeno Expediente, Grande Expediente, Ordem do Dia e Considerações Finais ou Palavra Livre.

§1º No início dos trabalhos, feita a chamada dos Vereadores pelo 1º Secretário, o Presidente, havendo número legal, declarará aberta a sessão.

§2º Não havendo número legal, o Presidente efetivo ou eventual aguardará durante 15 minutos e persistindo a falta do número legal, fará lavrar ata sintética, com o registro dos nomes dos Vereadores presentes, declarando em seguida prejudicada a realização da sessão.

Art. 134. O Pequeno Expediente se destinará à leitura da ata da sessão anterior, das correspondências dirigidas ao Poder Legislativo e indicações devidamente apresentadas, obedecida a ordem de leitura dos expedientes:

- I – expedientes oriundos do Prefeito;
- II – expedientes oriundos de diversos;
- III – expedientes apresentados por Vereador;

IV – indicações.

Parágrafo único. Fica permitido a cada vereador a apresentação de 3 (três) proposições por sessão ordinária (indicação, requerimento ou pedidos de informação), as quais deverão ser solicitadas por escrito até o fechamento da pauta para a próxima sessão. (Parágrafo incluído pela Resolução 01/2026, de 08/04/2026)

Art. 135. O Grande Expediente se destinará à leitura das demais proposições regularmente protocoladas, discussão e votação de requerimentos e indicações sujeitas à deliberação do Plenário, sendo dividido o tempo restante entre os oradores inscritos para o uso da palavra, para tratar de matérias constantes da Ordem do Dia da sessão.

§1º A leitura das matérias no Grande Expediente, pelo Secretário, obedecerá a seguinte ordem:

- I – projeto de lei complementar;
- II – projeto de lei ordinária;
- III – veto;
- IV – projeto de decreto legislativo;
- V – projeto de resolução;
- VI – demais proposições.

§2º O Vereador que, inscrito para falar não se achar presente na hora que lhe for dada a palavra, perderá a vez e só poderá ser de novo inscrito em último lugar.

Art. 136. A Ordem do Dia destinar-se-á à apreciação das matérias constantes na pauta da sessão.

§1º Na sessão em que não houver pauta para a Ordem do Dia, o tempo previsto para esta será incorporado ao Grande Expediente.

§2º Na Ordem do Dia verificar-se-á previamente o número de Vereadores presentes e só será iniciada mediante a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§3º Não se verificando quorum regimental, o Presidente aguardará por 15 minutos, como tolerância, antes de declarar encerrada a sessão.

§4º A ausência às votações equipara-se, para todos os efeitos, ausência às sessões, ressalvada a que se verificar a título de obstrução parlamentar legítima, aprovada pelo líder e comunicada à Mesa.

§5º O Presidente determinará ao 1º Secretário a leitura de proposição:

I – constante da pauta e aprovada conclusivamente pelas Comissões Permanentes, para apreciação de eventual recurso, de um terço dos membros da Casa.

II – sujeita à deliberação do Plenário, para oferecimento de emendas, na forma prevista neste Regimento.

§6º A pauta da Ordem do Dia obedecerá a seguinte ordem:

- I – matérias em regime de urgência especial;
- II – matérias em regime de urgência simples;
- III – vetos;
- IV – matérias em discussão única;
- V – matérias em segunda discussão;
- VI – matérias em primeira discussão;

VII – recursos;

VIII – demais proposições.

§7º As matérias de igual classificação figurarão na pauta observada a ordem cronológica de sua apresentação.

§8º O Secretário procederá à leitura das matérias da pauta, a qual poderá ser dispensada a requerimento verbal de qualquer Vereador, com aprovação do Plenário.

§9º Nenhuma proposição poderá ser posta em discussão, sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia até às 17h00min do dia anterior à Sessão, facultado o conhecimento a todos os Vereadores.

§10 Esgotada a Ordem do Dia, o Presidente anunciará, sempre que possível, o Dia da sessão seguinte e em seguida concederá a palavra para as considerações finais aos Vereadores, independente de inscrição prévia.

Art. 137. As Considerações Finais ou Palavra Livre destinar-se-ão a pronunciamento de Vereador, sobre assuntos de seu interesse, de interesse de sua bancada ou qualquer outro assunto de interesse do Município.

§1º A Mesa reterá e arquivará cópia de todo documento que for exibido por Vereador durante o pronunciamento.

§2º Todo cidadão poderá usar da palavra durante a primeira discussão dos projetos de lei, para opinar sobre eles desde que se inscreva em lista especial na Secretaria da Câmara, com antecedência mínima de 48 horas antes da respectiva sessão;

I – ao se inscrever o cidadão deverá fazer referência à matéria sobre a qual falará, não lhe sendo permitido abordar temas que não tenham sido expressamente mencionados na inscrição.

II – Caberá ao Presidente fixar o número de cidadãos, conforme as matérias a serem discutidas, mas nunca excedendo o número de 03, que poderão fazer uso da palavra em cada sessão, bem como o tempo permitido para a exposição não poderá exceder 20 minutos, salvo aprovação em plenário, onde serão acrescidos 10 minutos ao expositor.

III – os apartes, tanto dos Vereadores como dos cidadãos comuns, dentro do prazo fixado para o uso da palavra, somente serão concedidos pelo Presidente quando este entender necessário para o bom andamento dos trabalhos.

§3º Não havendo mais oradores para falar nas Considerações Finais, ou se ainda os houver, e o tempo regimental estiver esgotado, o Presidente declarará encerrada a sessão.

CAPÍTULO IV

Das Sessões Extraordinárias

Art. 138. As sessões extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia da semana e a qualquer hora inclusive domingos e feriados, ou após as sessões ordinárias.

§2º Na sessão extraordinária a Câmara somente deliberará sobre matéria para a qual foi convocada.

Art. 139. A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

I – pelo Prefeito, quando este a entender necessário, inclusive no período de recesso legislativo;

II – pelo Presidente da Câmara para o compromisso e a posse do Prefeito e Vice-Prefeito;

III – pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros da casa, em caso de urgência ou interesse público relevante;

Art. 140. As sessões extraordinárias serão convocadas mediante comunicação escrita ou oral aos Vereadores com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, desde que comprovada.

Parágrafo Único: Sempre que possível, a convocação far-se-á em sessão, caso em que será feita comunicação apenas aos Vereadores ausentes à mesma.

Art. 141. A sessão extraordinária compor-se-á exclusivamente de Ordem do Dia, que se cingirá à matéria objeto da convocação, observando-se quanto à aprovação da ata da sessão anterior, ordinária ou extraordinária.

Parágrafo Único: Aplicar-se-ão às sessões extraordinárias, no que couber, as disposições atinentes às sessões ordinárias.

Art. 141-A. Para atender necessidade emergencial, que exija deliberação legislativa urgente do Poder Legislativo municipal, fica instituído o procedimento legislativo referente à realização de sessões eletrônico-remotas da Câmara Municipal, destinado a atender necessidade emergencial, visando evitar demora na tomada de decisões legislativas que devam ser expedidas em caráter de urgência, na forma desta Resolução. **(Incluído pela Resolução 13 de 23/03/2020)**

Parágrafo único. Também poderá ser realizada sessão eletrônico-remota para evitar possível contágio de doenças transmissíveis entre pessoas por qualquer meio, inclusive entre vereadores e servidores que devam participar da sessão, além de outras situações que exijam decisões legislativas urgentes.

Art. 141-B. As sessões eletrônico-remotas serão realizadas por meio do uso de telefonia móvel – smartphones - ou de microcomputadores, através do aplicativo denominado **Zoom**, em grupo especialmente criado nesse aplicativo eletrônico de comunicação, composto pelos vereadores e servidores previamente selecionados, controlado pelo Presidente da Câmara Municipal e gerenciado por servidor designado para tanto, que será usado exclusivamente para realização de sessões extraordinárias eletrônico-remotas e para comunicação institucional entre os membros do Poder Legislativo municipal. **(Incluído pela Resolução 13 de 23/03/2020)**

Art. 141-C. A convocação de sessões eletrônico-remotas será feita pelo Presidente da Câmara Municipal, através do meio eletrônico referido no art. 2º desta Resolução, com antecedência mínima de oito (8) horas, contadas a partir do envio do edital de convocação. **(Incluído pela Resolução 13 de 23/03/2020)**

Parágrafo único. A convocação também pode ser feita por um terço (1/3) dos vereadores, mediante edital de convocação subscrito pelos vereadores autores da convocação.

Art. 141-D. O edital de convocação deve especificar a proposição sobre a qual a Câmara Municipal deva decidir em caráter emergencial, com efeito de lei municipal, e o horário e dia em que terá início. **(Incluído pela Resolução 13 de 23/03/2020)**

Parágrafo único. Não serão objeto de deliberação em sessões eletrônico-remotas proposições destinadas a:

I – alterar a Lei Orgânica do Município;

II – alterar o Plano Diretor e a Lei de Uso do Solo Urbano;

III – criar ou extinguir tributos;

- IV - criar, reduzir ou aumentar alíquotas tributárias;
- V – instituir isenções ou imunidades tributárias;
- VI – dispor sobre servidores;
- VII – criar ou extinguir cargos;
- VIII – criar, extinguir ou alterar atribuições de órgãos públicos;
- IX - alterar o Regimento Interno da Câmara Municipal;
- X – instituir as leis orçamentárias – Plano Plurianual, LDO e LOA; e
- XI – autorizar operações de crédito.

Art. 141-E. As sessões eletrônico-remotas terão duração máxima de duas (2) horas e serão convocadas pelo Presidente, no Grupo de Vereadores instalado no aplicativo denominado **Zoom**, com quatro (4) horas de antecedência, no mínimo. **(Incluído pela Resolução 13 de 23/03/2020)**

Art. 141-F. O conteúdo das sessões eletrônico-remotas será salvo e enviado para o microcomputador da Secretaria da Câmara Municipal, onde fará parte de arquivo individual denominado “Sessões Eletrônico-Remotas”, devendo assim permanecer por, no mínimo, cinco (5) anos, inclusive em backup para assegurar eventual perda por defeito técnico no referido microcomputador. **(Incluído pela Resolução 13 de 23/03/2020)**

Art.141-G. Do inteiro conteúdo das sessões eletrônico-remotas será lavrada ata de cada uma das sessões, que serão discutidas e votadas, com ou sem emendas, pelo Plenário, que será arquivada junto das atas das sessões ordinárias e extraordinárias. **(Incluído pela Resolução 13 de 23/03/2020)**

Art. 141-H. O encerramento das sessões eletrônico-remotas será comunicado pelo Presidente aos vereadores em até trinta (30) minutos antes do encerramento. **(Incluído pela Resolução 13 de 23/03/2020)**

Art. 141-I. Os vereadores que eventualmente deixarem de registrar seus votos até o encerramento de cada sessão eletrônico-remota terá seu voto considerado como abstenção. **(Incluído pela Resolução 13 de 23/03/2020)**

Art. 141-J. A discussão da proposição em pauta será iniciada por indicação do Presidente, com duração máxima de uma hora e quarenta minutos (01:40h), com dez (10) minutos de duração para cada vereador, cuja manifestação será oral, devendo ser integralmente gravada e salva para registro eletrônico no microcomputador da Secretaria. **(Incluído pela Resolução 13 de 23/03/2020)**

Art. 141-K. A discussão será iniciada pela ordem alfabética dos nomes dos vereadores, assim formada: Amilton Godk Filho, Amir Ribeiro Lemos, Antonio Loir Esconiscki, Carlos Edmilson de Moura, João Acir Alves de Moura, José Vosniaki Ribeiro, Marcelo Ricardo Lechinoski e Marcos Élio de Deus Leal. **(Incluído pela Resolução 13 de 23/03/2020)**

§ 1º Encerrado o tempo de discussão fixado no art. 141-J desta Resolução, o Presidente dará início à votação nominal dos vereadores, que obedecerá a mesma ordem da discussão.

§ 2º Cada vereador terá até dois (2) minutos para manifestar seu voto, após o que será considerado como abstenção.

§ 3º O Presidente terá voto de desempate e, ao final, anunciará o resultado da votação.

§ 4º A cada nova legislatura o Presidente, por portaria, designará a ordem de discussão e votação nas sessões extraordinárias eletrônico-remotas.

CAPÍTULO V

Das Sessões Solenes

Art. 142. As sessões solenes realizar-se-ão a qualquer dia e hora para fim específico, sempre relacionado com assuntos cívicos e culturais, não havendo prefixação de sua duração.

§1º As sessões solenes poderão realizar-se em qualquer local seguro e acessível, a critério da Mesa.

§2º Será elaborado previamente e com ampla divulgação, o programa a ser cumprido na sessão solene, quando poderão usar da palavra autoridades, homenageados e representantes de classes ou de clubes de serviço, sempre a critério do Presidente da Câmara.

Art. 143. As sessões solenes serão convocadas pelo Presidente da Câmara por escrito, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, no mínimo, que indicará a finalidade de reunião.

Parágrafo Único: Nas sessões solenes não haverá Expediente nem Ordem do Dia formal, dispensada a leitura da ata e a verificação de presença.

TÍTULO VIII

Das Discussões e Deliberações

CAPÍTULO I

Das Discussões

Art. 144. Discussão é o debate de proposição figurante na Ordem do Dia pelo Plenário, antes de se passar a deliberação sobre a mesma.

§1º Todos os Requerimentos e Indicações estão sujeitos à discussão.

§2º O Presidente declarará prejudicada a discussão:

I - de qualquer projeto com objeto idêntico ao de outro que já tenha sido aprovado antes, ou rejeitado na mesma sessão legislativa, excetuando-se, nesta última hipótese o projeto de iniciativa do Executivo ou subscrito pela maioria absoluta dos membros do Legislativo;

II - da proposição original, quando tiver substitutivo aprovado;

III - de emenda ou subemenda idêntica à outra já aprovada ou rejeitada;

IV - de requerimento repetitivo.

§3º A discussão da matéria constante da Ordem do Dia só poderá ser efetuada com a presença da maioria dos membros da Câmara.

§4º As proposições com todos os pareceres favoráveis poderão ter a discussão dispensada, por deliberação do Plenário, mediante requerimento verbal de Vereador, a qual não prejudica a apresentação de emendas.

Art. 144-A. Poderá ser dispensado o interstício entre as discussões e votações das proposições, mediante requerimento verbal ou escrito de qualquer Vereador, aprovado por maioria absoluta do Plenário.

§1º A dispensa poderá abranger uma ou mais fases da tramitação, inclusive para permitir votação em turno único.

§2º A concessão dependerá de justificativa fundamentada em motivo de urgência ou relevante interesse público.

§3º Não será admitida a dispensa de interstício para matérias que exijam quórum qualificado ou rito especial previsto na Lei Orgânica ou na Constituição. (incluído pela Resolução 01 de 08/04/2026)

Art. 145. Terão uma única discussão as seguintes proposições:

I - as que tenham sido colocadas em regime de urgência especial;

II - o veto;

III - os projetos de decreto legislativo ou de resolução de qualquer natureza;

IV - os requerimentos sujeitos a discussão;

V – as emendas, exceto as à Lei Orgânica.

Art. 146. Terão uma discussão e uma única votação, todas as proposições.

Art. 147. As discussões serão feitas sobre o conjunto da proposição e das emendas, se houver.

§1º O Presidente, autorizando o Plenário, poderá anunciar o debate por título, capítulos, seções ou grupos de artigos.

§2º Quando tratar-se de codificação, na 1ª discussão o projeto será debatido por capítulos, salvo requerimento de destaque aprovado pelo Plenário;

§3º Quando tratar-se de proposta orçamentária, as emendas possíveis serão debatidas antes do projeto em 1ª discussão.

Art. 148. Na discussão única e na 1ª discussão, serão recebidas emendas, subemendas e projetos substitutivos apresentados por ocasião dos debates; em 2ª discussão somente se admitirão emendas e subemendas.

Parágrafo Único: Na hipótese do “caput” deste artigo sustar-se-á a discussão para que as emendas e projetos substitutivos sejam objeto de exame das Comissões Permanentes afetas à matéria, salvo se o Plenário dispensar o parecer.

Art. 149. Sempre que a pauta dos trabalhos incluir mais de uma proposição sobre o mesmo assunto, a discussão obedecerá à ordem cronológica de apresentação.

Parágrafo Único: O disposto neste artigo não se aplica a projeto substitutivo do mesmo autor da proposição originária, o qual terá a preferência.

Art. 150. O adiamento da discussão de qualquer proposição dependerá da deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto antes de iniciar-se a mesma.

§1º O adiamento aprovado será sempre por tempo determinado.

§2º Apresentados dois ou mais pedidos de adiamento, será votado, de preferência, o que marcar menor prazo.

§3º Não se concederá adiamento de matéria que se ache em regime de urgência especial.

§4º O adiamento poderá ser motivado por Pedido de Vista, caso em que, se houver mais de um, a vista será sucessiva para cada um dos requerentes e pelo prazo máximo de 03 dias para cada um deles.

Art. 151. Encerra-se a discussão de qualquer proposição:

I – pela ausência de oradores;

II – por decurso de prazos regimentais;

III – por deliberação do Plenário, a requerimento de Vereador, quando já houverem falado sobre o assunto, pelo menos 03 Vereadores, dentre os quais, o autor, salvo desistência expressa.

CAPÍTULO II

Da Disciplina dos Debates

Art. 152. Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo ao Vereador atender às seguintes determinações regimentais:

I - falará de pé, exceto o Presidente, e, quando impossibilitado de fazê-lo, requererá ao Presidente autorização para falar sentado;

II - dirigir-se-á ao Presidente ou à Câmara, voltado para a Mesa, salvo quando responder a aparte;

III - não usará da palavra sem a solicitar e sem receber consentimento do Presidente ou do orador, quando for o caso;

IV - referir-se-á ou dirigir-se-á a outro Vereador pelo tratamento de excelência.

Art. 153. Ao Vereador que for dada a palavra deverá inicialmente declarar a que título se pronunciará e não poderá:

I - usar da palavra com finalidade diferente do motivo alegado;

II - desviar-se da matéria em debate;

III - falar sobre matéria vencida;

IV - usar de linguagem imprópria;

V - ultrapassar o prazo que lhe competir;

VI - deixar de atender as advertências do Presidente.

Parágrafo Único: para fins deste artigo, considera-se matéria vencida, aquela já deliberada pelo Plenário, aquela regimentalmente dada por encerrada a sua discussão e aquela proveniente de assuntos devidamente resolvidos.

Art. 154. O Vereador somente usará da palavra:

I - no expediente, quando for para solicitar retificação ou impugnação de ata, para comunicar falecimento, renúncia ou quando se achar regularmente inscrito;

II - para discutir matéria em debate, encaminhar votação ou justificar o seu voto;

III - para apartear na forma regimental;

IV - para explicação pessoal;

V - para levantar questão de ordem ou pedir esclarecimento à Mesa;

VI - para apresentar requerimento verbal de qualquer natureza;

VII - quando for designado para saudar qualquer visitante ilustre.

Art. 155. O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, que interrompa o seu discurso nos seguintes casos:

I - para leitura de requerimento de urgência;

II - para comunicação importante à Câmara;

III - para recepção de visitantes;

IV - para votação de requerimento de prorrogação da sessão;

V - para atender ao pedido de palavra “pela ordem”, sobre questão regimental.

Art. 156. Quando mais de um Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente concedê-la-á na seguinte ordem:

I – ao autor da proposição em debate;

II - ao relator do parecer em apreciação;

III - ao autor da emenda;

Art. 157. Para o aparte, ou interrupção do orador por outro, para indagação ou comentário relativamente à matéria em debate, observar-se-á o seguinte:

I - o aparte deverá ser expresso em termos corteses e não poderá exceder a 03 minutos;

II - não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença do orador;

III - não é permitido apartear o Presidente nem o orador que fala “pela ordem”, em explicação pessoal, para encaminhamento de votação ou para declaração de voto;

Art. 158. Os oradores terão os seguintes prazos para o uso da palavra:

I - 03 minutos, para apresentar requerimento de retificação ou impugnação da ata, levantar questão de ordem e apartear;

II – 05 minutos para discutir requerimento, encaminhar votação, justificar voto ou emenda; discutir parecer, falar no Grande Expediente, nas Considerações Finais e proferir explicação pessoal;

III - 10 minutos para discutir projeto de lei, de decreto legislativo ou de resolução, artigo isolado de proposição e veto;

IV – 15 minutos para discutir a proposta orçamentária, a prestação de contas, a destituição de membro da Mesa e processo de cassação do Prefeito ou Vereador, salvo quando se tratar do acusado, cujo prazo será o indicado na lei federal.

Parágrafo único: Não será permitida a cessão de tempo de um para outro orador.

CAPÍTULO III

Do Quorum Das Deliberações

Art. 159. As deliberações da Câmara, salvo disposição em contrário, serão sempre tomadas por maioria de votos, presentes a maioria de seus membros.

Art. 160. Dependerão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, além de outros casos previstos em lei, a aprovação e a alteração das seguintes matérias:

I – código tributário do Município;

II – código de obras;

III – código de posturas;

IV – plano diretor de desenvolvimento integrado e normas relativas a zoneamento, ocupação e uso do solo urbano;

V – lei instituidora do regime jurídico dos servidores municipais;

VI – lei instituidora da guarda municipal;

VII – criação, reclassificação, reenquadramento ou extinção de cargos, fixação, aumento e alteração de vencimentos dos servidores públicos municipais;

VIII – fixação ou atualização dos subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;

IX - obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito pelo Município.

X – rejeição de veto;

Parágrafo Único: Entende-se por maioria absoluta o primeiro número inteiro acima da metade do total dos membros da Câmara.

~~Art. 161. Dependem de voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, além de outros casos previstos pela legislação pertinente, a aprovação e alteração das seguintes matérias:~~

~~I – Regimento Interno da Câmara;~~

~~II – concessão de serviços públicos;~~

~~III – concessão de direito real de uso e concessão administrativa de uso;~~

~~IV – alienação de bens imóveis do Município;~~

~~V – aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargos;~~

~~VI – denominação de próprios, vias e logradouros públicos;~~

~~VII – concessão de títulos honoríficos e honrarias;~~

~~VIII – concessão de anistia, isenção e remissão tributária ou previdenciária e incentivos fiscais, bem como, moratória e privilégios;~~

~~IX – transferência da sede do Município;~~

~~X – rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas, sobre as contas do Município;~~

~~XI – alteração territorial do Município, bem como alteração de seu nome;~~

~~XII – criação, organização e supressão de distritos;~~

~~XIII – o recebimento de denúncia contra o Prefeito e Vereador, no caso de apuração de crime de responsabilidade;~~

~~XIV – perda de mandato de Vereador;~~

~~XV – emendas à Lei Orgânica.~~

Art. 161. Dependem de voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, além de outros casos previstos pela legislação pertinente, a aprovação e alteração das seguintes matérias:

I - Regimento Interno da Câmara;

II - concessão de serviços públicos;

III - concessão de direito real de uso e concessão administrativa de uso;

IV - alienação de bens imóveis do Município;

V - aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargos;

VI - concessão de anistia, isenção e remissão tributária ou previdenciária e incentivos fiscais, bem como, moratória e privilégios;

VII - transferência da sede do Município;

VIII - rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas, sobre as contas do Município;

IX – alteração territorial do Município, bem como alteração de seu nome;

X – criação, organização e supressão de distritos;

XI - o recebimento de denúncia contra o Prefeito e Vereador, no caso de apuração de crime de responsabilidade;

XII – perda de mandato de Vereador;

XIII – emendas à Lei Orgânica. (Nova redação pela Resolução 01 de 08/04/2026)

Art. 162. Ressalvada a hipótese da obstrução parlamentar legítima prevista no art. 137, § 4º, o Vereador não poderá recusar-se a votar.

Art. 163. O Vereador estará impedido de votar quando tiver interesse pessoal na matéria, caso em que sua presença será computada para efeito de quorum.

§1º No curso da votação é facultado ao Vereador impugná-la perante o Plenário ao constatar que dela esteja participando Vereador impedido de votar.

§2º Na hipótese do parágrafo 1º deste artigo, acolhida a impugnação, repetir-se-á a votação sem considerar-se o voto que motivou o incidente.

Art. 164. Quando, no curso de uma votação, se esgotar o tempo regimental da sessão, esta considerar-se-á prorrogada até ser concluída a votação da matéria em causa.

Art. 165. A deliberação realiza-se através da votação.

Parágrafo Único: Considerar-se-á qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o Presidente declarar encerrada a discussão.

CAPÍTULO IV

Das Votações

Art. 166. Ressalvadas as exceções previstas neste Regimento, o voto será sempre público nas deliberações da Câmara.

Parágrafo Único: Nenhuma proposição de conteúdo normativo poderá ser objeto de deliberação durante a sessão secreta.

Art. 167. Os processos de votação são dois: simbólico e nominal.

§1º O processo simbólico consiste na simples contagem de votos a favor ou contra a proposição, mediante convite do Presidente aos Vereadores para que permaneçam sentados ou se levantem, respectivamente.

§2º O processo nominal consiste na expressa manifestação de cada Vereador, pela chamada, sobre em que sentido vota, respondendo sim ou não.

Art. 168. O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo legal ou regimental, ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

§1º Do resultado da votação simbólica qualquer Vereador poderá requerer verificação mediante votação nominal, não podendo o Presidente indeferí-la.

§2º Não se admitirá 2ª verificação de resultado da votação.

§3º O Presidente, em caso de dúvida, poderá, de ofício, repetir a votação simbólica para a recontagem dos votos.

Art. 169. A votação será nominal nos casos em que seja exigido o quorum de maioria absoluta e dois terços.

Art. 170. Uma vez iniciada, a votação interromper-se-á se for verificada a falta de número legal, caso em que os votos já colhidos serão considerados prejudicados.

Art. 171. Antes de iniciar-se a votação, será assegurado a cada uma das bancadas partidárias, através de um de seus integrantes, falar apenas uma vez, a título de encaminhamento de votação, para propor aos seus co-partidários, a orientação quanto ao mérito da matéria.

Art. 172. Qualquer Vereador poderá requerer ao Plenário que aprecie isoladamente determinadas partes do texto de proposição, votando-se em destaque para rejeitá-las ou aprová-las preliminarmente.

Parágrafo Único: Não haverá destaque quando se tratar da proposta orçamentária, de veto, de julgamento das contas do Município e em qualquer caso em que aquela providência se revele impraticável.

Art. 173 - Terão preferência para votação as emendas supressivas e as emendas substitutivas oriundas das Comissões.

Parágrafo Único: Apresentadas duas ou mais emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, será admissível requerimento, de preferência para a votação da emenda, que melhor adaptar-se ao projeto, sendo o requerimento votado pelo Plenário, independente de discussão.

Art. 174. Sempre que o Parecer da Comissão for pela rejeição do projeto, deverá o Plenário deliberar primeiro sobre o parecer, antes de entrar na consideração do projeto.

Art. 175. O Vereador poderá, ao votar, fazer declaração de voto, que consiste em indicar as razões pelas quais adota determinada posição em relação ao mérito da matéria.

Parágrafo Único: A declaração só poderá ocorrer quando toda a proposição tenha sido abrangida pelo voto.

Art. 176. Enquanto o Presidente não tenha proclamado o resultado da votação, o Vereador que já tenha votado poderá retificar o seu voto.

Art. 177. Concluída a votação de projeto de lei, com ou sem emendas aprovadas, ou de projeto de lei substitutivo, será a matéria encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para adequar o texto à correção vernácula, sendo em seguida encaminhada à Mesa, que a colocará à disposição dos demais Vereadores para conhecimento, caso queiram.

§1º Caberá a Mesa a redação final dos projetos de decretos legislativos e de resolução.

§2º Havendo contradição, obscuridade ou impropriedade linguística na redação final, será admissível, a requerimento de no mínimo um terço dos membros da Câmara, o retorno da mesma à Comissão para nova redação final, ficando aprovada, se contra ela não votarem dois terços dos componentes da edilidade.

Art. 178. Aprovado pela Câmara um projeto de lei, será enviado ao Prefeito, para a sanção e promulgação ou veto, uma vez expedidos os respectivos autógrafos.

Parágrafo Único: Os originais dos projetos de lei aprovados serão arquivados na Secretaria da Câmara, sendo enviada cópia autêntica ao Executivo.

TÍTULO IX

Da Elaboração Legislativa Especial e Dos Procedimentos de Controle

CAPÍTULO I

Do Orçamento

Art. 179. Recebida do Prefeito a Proposta Orçamentária, dentro do prazo e na forma legal, o Presidente dará conhecimento ao Plenário na primeira sessão subsequente e mandará distribuir cópias da mesma aos Vereadores enviando-a à Comissão de Finanças e Orçamento, para recebimento de emendas nos 30 dias seguintes.

Art. 180. A Comissão de Finanças e Orçamento pronunciar-se-á em 15 dias, sobre o projeto e as emendas, observado o disposto na Lei Orgânica do Município, findo os quais com ou sem parecer, a matéria será incluída como item único da Ordem do Dia da primeira sessão desimpedida.

Art. 181. Na primeira discussão, poderão os Vereadores manifestar-se no prazo regimental, sobre o projeto e as emendas, assegurando-se a preferência, ao relator do parecer da Comissão de Finanças e Orçamento e aos autores das emendas, no uso da palavra.

Art. 182. Se forem aprovadas as emendas, dentro de 03 dias a matéria retornará à Comissão de Finanças e Orçamento para incorporação ao texto, no prazo de 05 dias, sendo em seguida reincluída imediatamente na Ordem do Dia para segunda discussão e votação do texto definitivo, dispensada a fase de redação final.

Art. 183. Aplicam-se também as normas desta Seção à Proposta do Plano Plurianual e às Diretrizes Orçamentárias.

CAPÍTULO II

Das Codificações e dos Estatutos

Art. 184. Os projetos de codificação e de estatutos, depois de apresentados em Plenário, serão distribuídas cópias aos Vereadores e encaminhados às Comissões competentes, sendo de responsabilidade da Comissão de Legislação, Justiça e Redação o recebimento de emendas e sugestões nos 07 dias seguintes.

§1º A critério da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, poderá ser solicitada assessoria de órgão de assistência técnica ou parecer de especialistas na matéria, desde que haja recursos para atender a despesa específica, ficando nesta hipótese suspensa a tramitação da matéria.

§2º A Comissão terá 10 dias para exarar parecer, incorporando as emendas apresentadas que julgar convenientes ou produzindo outras, em conformidade com as sugestões recebidas; findo os quais, com ou sem parecer, o processo será incluído na pauta da Ordem do Dia mais próxima possível.

§3º Na primeira discussão poderão os Vereadores manifestar-se no prazo regimental, sobre os projetos e as emendas, assegurando-se a preferência, ao relator do parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e aos autores das emendas.

§4º Após a primeira discussão, a matéria voltará à Comissão por mais 05 dias, para incorporação das emendas aprovadas, sendo incluída na Ordem do Dia da sessão seguinte, para a deliberação final.

CAPÍTULO III

Da Tomada e Julgamento das Contas

~~**Art. 185.** Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, independente de leitura em Plenário, o Presidente fará distribuir cópia do mesmo a todos os Vereadores, enviando o processo à Comissão de Finanças e Orçamento que terá 60 dias para apresentar seu pronunciamento, acompanhado do projeto de decreto legislativo pela aprovação ou rejeição das contas.~~

Art. 185. Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, independente de leitura em Plenário, o Presidente disponibilizará cópia do processo a todos os Vereadores, oficiará o Prefeito Municipal e posteriormente enviará à Comissão de Finanças e Orçamento, a qual terá 60 (sessenta) dias para apresentar seu pronunciamento, acompanhado do projeto de decreto legislativo pela aprovação ou rejeição das contas. (Nova redação pela Resolução 01 de 08/04/2026)

§1º Cabe a qualquer vereador o direito de acompanhar os estudos da Comissão de Finanças e Orçamento no período em que o processo estiver entregue à mesa.

§2º Até 15 dias depois do recebimento do processo, a Comissão de Finanças e Orçamento receberá pedidos escritos dos Vereadores solicitando informações sobre itens determinados da prestação de contas.

§3º Para responder aos pedidos de informações, a Comissão poderá realizar quaisquer diligências e vistorias, bem como mediante entendimento prévio com o Prefeito, examinar quaisquer documentos existentes na Prefeitura.

Art. 186. O projeto de decreto legislativo apresentado pela Comissão de Finanças e Orçamento sobre a prestação de contas será submetido a uma única discussão e votação, em sessões exclusivamente dedicada ao assunto, sendo vedada a apresentação de emendas ao projeto, assegurado no entanto, aos Vereadores, amplo debate sobre a matéria.

Art. 187. Se a deliberação do Plenário for contrária ao parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, o decreto legislativo se fará acompanhar dos motivos da discordância.

Art.188. A Câmara não poderá deliberar sobre as contas encaminhadas pelo Prefeito, sem o parecer prévio do tribunal de Contas do Estado.

§ 1º. O julgamento das contas, acompanhadas do parecer prévio do Tribunal de Contas, far-se-á no prazo de 120 cento e vinte dias, a contar do recebimento do parecer, não correndo este prazo durante o recesso da Câmara.

§ 2º. Decorrido o prazo de 120 dias sem deliberação da Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º somente por decisão 2/3 (dois terços) da Câmara Municipal, deixará de prevalecer o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente.

§ 4º Rejeitadas, as contas, serão elas remetidas imediatamente ao Ministério Público, para os devidos fins.

§ 5º As decisões da Câmara sobre as prestações de contas de sua Mesa e do Prefeito deverão ser publicados no órgão oficial do Município.

Art.189. A mesa da Câmara enviará sua contas ao Prefeito, até 1º de março do exercício seguinte, para encaminhamento, juntamente com as do Prefeito, ao Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO IV

Da Convocação dos Secretários Municipais

Art. 190. A Câmara poderá convocar os sobre assuntos relacionados com a Administração Municipal, sempre que a medida se faça necessária para assegurar a fiscalização apta do Legislativo sobre o Executivo.

Parágrafo único. Aprovada a convocação pelo Plenário ou por Comissão Permanente, o requerimento será feito por escrito já definindo a data de apresentação, devendo em caso de impossibilidade de comparecimento, ser apresentada justificativa fundamentada já incluindo nova data de comparecimento. (parágrafo incluído pela Resolução 01 de 08/04/2026)

TÍTULO X

Do Regimento Interno e da Ordem Regimental

CAPÍTULO I

Das Interpretações e dos Precedentes

Art. 191. As interpretações de disposições do Regimento, feitas pelo Presidente da Câmara em assuntos controversos, constituirão precedentes regimentais, desde que a Presidência assim o declare em Plenário, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador.

Parágrafo Único: Os precedentes regimentais serão anotados em livro próprio, para orientação, na solução de casos análogos.

Art. 192. Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos soberanamente, pelo Plenário, e as soluções constituirão precedentes regimentais.

CAPÍTULO II

Da Ordem

Art. 193. Questão de Ordem é toda dúvida levantada em Plenário, quanto à interpretação do Regimento, sua aplicação ou sua legalidade.

§1º As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar.

§2º O proponente não observando o disposto neste artigo, poderá o Presidente cassar-lhe a palavra e não considerar a questão levantada.

§3º Cabe ao Presidente da Câmara resolver, soberanamente, na sessão em que forem requeridas, as questões de ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão ou criticá-la.

§4º Cabe ao Vereador, recurso da decisão, que será encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, cujo parecer será submetido ao Plenário, que decidirá o caso concreto, considerando-se a deliberação como julgado para aplicação em casos semelhantes.

Art. 194. Em qualquer fase da sessão, poderá o Vereador pedir a palavra “pela ordem”, para fazer reclamação quanto à aplicação do Regimento, desde que declare qual o dispositivo em que se apoia.

CAPÍTULO III

Dos Recursos

Art. 195. Os recursos contra atos do Presidente serão interpostos dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da ocorrência, por simples petição, a ele dirigida.

Parágrafo 1º. O recurso será encaminhado à Comissão de Justiça e Redação, para opinar e elaborar o projeto de resolução dentro de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento do recurso.

Parágrafo 2º. Apresentado o parecer, com o projeto de resolução, acolhendo ou denegando o recurso, será o mesmo incluído na pauta da Ordem do Dia da sessão imediata e submetido a uma única discussão e votação.

Parágrafo 3º. Os prazos marcados neste artigo são fatais e correm dia a dia.

CAPÍTULO IV

Da Divulgação do Regimento Interno e de sua Reforma

Art. 196. A Secretaria da Câmara fará reproduzir este Regimento, enviando à Biblioteca Municipal, ao Prefeito, a cada um dos Vereadores e às instituições interessadas em assuntos municipais, e disponibilizado de forma digital no sítio eletrônico desta casa de leis.

Art. 197. Ao final de cada sessão legislativa, a Mesa, sob a orientação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, fará a consolidação de todas as modificações feitas no Regimento, bem como dos precedentes regimentais, publicandose em separata.

Art. 198. Este Regimento Interno somente poderá ser alterado, reformado ou substituído pelo voto de 2/3 (dois terços) da edilidade mediante proposta:

I - da maioria dos Vereadores;

II - da Mesa em colegiado;

III - de uma das Comissões Permanentes da Câmara.

TÍTULO XI

Das Informações

Art. 199. Compete à Câmara solicitar ao Prefeito quaisquer informações sobre assuntos referentes à administração municipal.

Art. 200. As informações serão solicitadas por requerimento, proposto por qualquer Vereador na forma de ofício, ou ainda, se aprovada em plenário por maioria simples, na forma de Pedido de Informação o qual vincula a obrigatoriedade do fornecimento da informação em 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento, sob pena de incorrer nas medidas legais cabíveis. [\(Nova Redação pela Resolução 03 de 02/05/2018\)](#)

Parágrafo único - Pode o Prefeito solicitar à Câmara prorrogação de prazo para prestar as informações, por igual período, sendo o pedido sujeito à aprovação do Plenário, exceto por pedidos vencidos.

Art. 201. Os pedidos de informações podem ser reiterados, se não satisfizerem ao autor, mediante novo requerimento, que deverá seguir a tramitação regimental.

TÍTULO XII

Dos Serviços Administrativos da Câmara

Art. 202. Os serviços administrativos da Câmara reger-se-ão por Regulamento Interno próprio, aprovado pelo Plenário e serão dirigidos pela Mesa, que expedirá as normas ou instruções complementares necessárias.

§1º Caberá ao 1º Secretário supervisionar os serviços administrativos e fazer observar o Regulamento Interno.

§2º O Regulamento Interno obedecerá ao disposto na Lei Orgânica do Município e aos seguintes princípios:

I – descentralização e agilização de procedimentos administrativos;

II – orientação da política de recursos humanos da Casa, no sentido de que as atividades administrativas e legislativas, sejam executadas por integrantes do quadro de pessoal da Câmara, adequados às suas peculiaridades, e que tenham sido recrutados mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvados os cargos em Comissão, de livre nomeação e exoneração, que deverão observar os preceitos estabelecidos na Constituição Federal;

III – adoção de política de valorização de recursos humanos, através de programas permanentes de capacitação, treinamento, desenvolvimento, reciclagem e avaliação profissional e da instituição do sistema de carreira.

Art. 203. As reclamações sobre irregularidades nos serviços administrativos deverão ser encaminhadas diretamente à Mesa da Câmara, para as providências necessárias.

Art. 204. A Secretaria da Câmara manterá os seguintes livros:

I - de atas das sessões;

II - de registro de leis, decretos legislativos e resoluções;

III - de declaração de bens dos Vereadores do Prefeito e do Vice-Prefeito;

IV – de termo de posse do Prefeito e do Vice-Prefeito.

§1º O termo de posse do Prefeito, Vice e Vereadores será lavrado nos termos da ata da sessão que lhes der posse.

§2º Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Presidente da Câmara, ou por funcionário expressamente designado para esse fim.

§3º Os livros adotados nos serviços administrativos da Secretaria poderão ser substituídos por fichas ou por outro sistema equivalente.

TÍTULO XIII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 205. A publicação dos expedientes da Câmara observará o disposto em ato normativo a ser baixado pela Mesa.

Art. 206. Nos dias de sessão deverão estar hasteadas, no recinto do Plenário, as bandeiras do País, do Estado e do Município, observada a legislação federal.

Art. 207. Não haverá expediente no Legislativo nos dias de ponto facultativo decretado no Município.

~~Art. 208. O prazo previsto neste Regimento, quando não se mencionar expressamente dias úteis, serão contados em dias corridos e não correrão durante os períodos de recesso da Câmara.~~

~~Parágrafo único: Na contagem dos prazos regimentais, observar-se-á, no que for aplicável, a legislação processual civil.~~

Art. 208. Os prazos previstos neste Regimento serão contados sempre em dias úteis, mesmo quando não mencionados expressamente.

Parágrafo único. Os prazos previstos neste Regimento não serão contados no período de recesso da Câmara Municipal. *(Nova redação pela Resolução 01 de 08/04/2026)*

Art. 209. À data de vigência deste Regimento, ficarão prejudicados quaisquer projetos de resolução em matéria regimental e revogados todos os precedentes firmados sob o império do Regimento anterior.

Art. 210. Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 20 de junho de 2015

PEDRO GILSON RIBAS

Presidente